

02/04/2019

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Câmara quer tomar a frente do governo](#)

[Serviços em ritmo lento](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Governo Bolsonaro virou usina de factoides](#)

[Falência de gráfica que imprime Enem coloca exame em risco](#)

[Governo pediu apoio da Casa da Moeda para impressão do Enem](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[São decisões dele...](#)

[Falência de gráfica que imprime Enem faz crescer incertezas sobre a prova](#)

[Alunos têm receios e fazem especulações](#)

[Em meio à crise, olavistas do MEC vão viajar para Paris](#)

O GLOBO - RJ

[Fraude na UNIG](#)

[Gráfica onde as provas do Enem são impressas declara falência](#)

[Selecionados no Fies não conseguem matrículas em faculdades](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[RR Donnelley pede falência e sai do país](#)

Imprensa Estadual

J. DO COMMERCIO - PE

[Mais um problema para o Enem 2019](#)

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

[Iolene Lima é exonerada de secretaria do MEC](#)

Agências de notícias e sites

CORREIO WEB

[Falência de gráfica que imprime provas do Enem coloca exame em risco](#)

G1

[Após falha no Fies, MEC prorroga até sexta o prazo de conclusão da inscrição](#)

[Sem salas de aula disponíveis em quase metade dos polos, Univesp cancela vestibular pela 1ª vez](#)

[Falha no sistema do governo impede aprovados no Fies de irem às aulas](#)

PORTAL VEJA

[Após falha no sistema do Fies, MEC prorroga prazo de inscrições até sexta](#)

TERRA

[Em meio à crise, olavistas do MEC vão viajar para Paris](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Se quiser mesmo censurar Enem, governo terá que garantir que exame ocorra](#)

Agências de notícias e sites

ARAGUAÍNA NOTÍCIAS

[Vacina contra a febre amarela pode evitar infecção pelo zika, aponta estudo.](#)

DIÁRIO DO PODER

[Vacina contra a febre amarela pode evitar infecção pelo zika, aponta estudoO zika também está associado ao aparecimento da síndrome de Guillain-Barré em adultos](#)

DOURADOS AGORA

[Modelo de redistribuição de bolsas da pós-graduação é discutido](#)

JACOBINA 24 HORAS

[Faculdade Ages está entre as melhores faculdades de Direito da Bahia](#)

CLIPPING



JORNAL DA USP - SP

[Diversidade em Ciência trata da Lei 10.639 e da educação étnico-racial no Brasil](#)

MS NOTÍCIAS

[Modelo de redistribuição de bolsas da pós-graduação é discutido](#)

REGIÃO EM DESTAQUE

[Pós-graduação em Enfermagem da UFSCar seleciona bolsista de pós-doutorado](#)

SEGS - PORTAL NACIONAL

[O que é um mestrado profissional?](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Gráfica responsável por imprimir as provas do Enem decreta falência](#)

PORTAL VEJA

[Rogério Marinho em alta](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Governo exonera Iolene Lima da Secretaria de Educação Básica do MEC](#)

Agências de notícias e sites

ARAGUAÍNA NOTÍCIAS

[Vacina contra a febre amarela pode evitar infecção pelo zika, aponta estudo.](#)

DIÁRIO DO PODER

[Vacina contra a febre amarela pode evitar infecção pelo zika, aponta estudo](#)
[O zika também está associado ao aparecimento da síndrome de Guillain-Barré em adultos](#)

DOURADOS AGORA

[Modelo de redistribuição de bolsas da pós-graduação é discutido](#)

JACOBINA 24 HORAS

[Faculdade Ages está entre as melhores faculdades de Direito da Bahia](#)

JORNAL DA USP - SP

[Diversidade em Ciência trata da Lei 10.639 e da educação étnico-racial no Brasil](#)

MS NOTÍCIAS

[Modelo de redistribuição de bolsas da pós-graduação é discutido](#)

REGIÃO EM DESTAQUE

[Pós-graduação em Enfermagem da UFSCar seleciona bolsista de pós-doutorado](#)

SEGS - PORTAL NACIONAL

[O que é um mestrado profissional?](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Gráfica responsável por imprimir as provas do Enem decreta falência](#)

PORTAL VEJA

[Rogério Marinho em alta](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Governo exonera Iolene Lima da Secretaria de Educação Básica do MEC](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA

Câmara quer tomar a frente do governo

Diante da falta de articulação política do Executivo, parlamentares preparam uma agenda própria para discutir medidas sobre educação, segurança e saúde

PODER

A Câmara dos Deputados está preparando uma agenda própria para apresentar à

sociedade como resposta à inabilidade da articulação política do governo. O PSL, legenda do presidente Jair Bolsonaro, e líderes dos 13 partidos signatários da nota de apoio à reforma da Previdência se reunirão hoje de manhã na casa presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para discutir o encaminhamento de uma programação própria. Na pauta, estão previstas discussões sobre medidas para educação, segurança pública e saúde.

O encontro é uma resposta direta ao governo. O discurso entre líderes é que o Planalto apresentou muito pouco até o momento para o país. De reformas, há a da Previdência e o pacote anticrime do ministro da Justiça, Sérgio Moro, que, na avaliação das lideranças, tem pouco impacto no combate a crimes comuns. “Não dá para o governo achar que vai governar com tão pouca coisa. Se o Executivo não tem projetos, a Câmara tem de ter”, ponderou um líder.

O destravamento de uma comissão especial para analisar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) estará na pauta. Na legislação atual, o fundo segue existindo até o fim de 2020. A ideia é aprovar uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que estenda o prazo para o pagamento de recursos aos estados e municípios.

A ampliação dos recursos para o fundo soberano da educação também está em discussão. Alguns líderes defendem a ideia de usar recursos do pré-sal e a tributação de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio, comentada pela equipe econômica e por Bolsonaro, como fontes de financiamento. Há, ainda, quem defenda a tributação de grandes riquezas para quem recebe acima de R\$ 1 milhão líquido anual.

Para a segurança pública, os líderes propõem votar um projeto já aprovado no Senado que modifica a lei de execuções penais para que apenados em prisão domiciliar paguem pelas tornozeleiras. A matéria está na Câmara. Para a saúde, a pauta ainda será debatida na reunião. O certo é que, do encontro, sairão recados ao governo.

A ideia é de que tudo seja apresentado coletivamente, para mostrar união na agenda construída. O líder do PSL na Câmara, Delegado Waldir (GO), confirma que mapeou projetos na área da segurança para debater o destravamento, mas evita se aprofundar antes da reunião de hoje. “Existem centenas de projetos. Não gostaria de adiantar nada. Qualquer pauta será apresentada em anúncio conjunto”, afirmou. O líder do Cidadania (ex-PPS), Daniel Coelho (PE), defende que sejam discutidos projetos amadurecidos.

Previdência

A reforma da Previdência continua a ser uma prioridade. Deputados reiteram o cronograma apontado por Bolsonaro ontem, de ter o texto aprovado até julho na Câmara. Mas o grupo busca, além de uma agenda positiva, construir uma blindagem. É uma forma de se fortalecer e evitar que a Casa fique refém de eventuais crises que Bolsonaro possa provocar. “Cada dia é uma agonia diferente. A atual é o presidente”, ironizou um líder. A ideia é também já fazer modificações no texto da PEC ainda na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A articulação política do governo sabe que a relação entre Congresso e Planalto ainda não é boa. Para mudar isso, o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, se reuniu ontem com os líderes do governo na Câmara, Major Vitor Hugo (PSL-GO); no Senado,

Fernando Bezerra (MDB-PE); e no Congresso, deputada Joice Hasselmann (PSL-SP). A ideia é costurar com os presidentes nacionais dos partidos uma reunião com a presença deles, seus respectivos líderes na Câmara e Bolsonaro.

O encontro será à parte do mercado pelo colégio de líderes, que ocorrerá às 14h para tratar da agenda da semana na Casa.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

Serviços em ritmo lento

Instabilidade nos sistemas de acesso dificultam inscrições no Fies e aquisição de medicamentos na Farmácia Popular. Atraso no pagamento de construtoras do Minha Casa Minha Vida pode paralisar obra e postergar entregas

A atuação do governo federal tem sido insatisfatória não apenas no Congresso, mas também em serviços à população. Enquanto as propostas legislativas não andam, muitos dos programas sociais estão paralisados. Os problemas acontecem em áreas essenciais, como educação, saúde e moradia, para citar algumas.

Os brasileiros diretamente prejudicados são os que têm renda mais baixa e dependem do Minha Casa Minha Vida, do Farmácia Popular e do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Relatadas há semanas, as reclamações dos usuários dos dois últimos programas têm pelo menos um ponto em comum: falhas no sistema do governo. Essa é a justificativa oficial para a dificuldade que estudantes aprovados no Fies têm tido para fazer matrículas e conseguir a liberação das mensalidades.

Alguns estão há mais de um mês esperando, como a estudante de biomedicina Lara Aleixo, 21 anos. Quando ela foi entregar ao banco o Documento de Regularidade de Inscrição (DRI), exigido para formalizar a contratação do financiamento, o gerente disse que “não estava encontrando o contrato”. O prazo para regularizar o financiamento expira hoje e, até agora, ela não recebeu nenhuma explicação ou direcionamento por parte do Ministério da Educação.

A preocupação de Lara é com a possibilidade de ter que trancar o curso. “Se o prazo expirar, eu não faço a mínima ideia do que fazer, estou bem no escuro”, disse. Em nota, o MEC garantiu que os estudantes não serão prejudicados e que o prazo será estendido. A pasta afirmou que “um problema sistêmico tem impedido a troca de informações com o agente financeiro”.

As instabilidades também têm atrapalhado a vida dos usuários do Farmácia Popular, programa que fornece medicamentos para quem tem problemas de saúde — inclusive crônicos, como hipertensão e diabetes. As pessoas pedem o medicamento e recebem como resposta que o sistema do governo está “fora do ar”.

O problema tem acontecido em várias cidades do país, justo na época em que o governo autorizou o aumento de até 4,33% no preço dos medicamentos. O Correio entrou em contato com o Ministério da Saúde para esclarecimentos sobre a situação, mas não obteve nenhuma resposta até o fechamento desta edição.

Moradia popular

Já o Minha Casa Minha Vida corre o risco de parar pela falta de pagamento, por parte do governo, de cerca de R\$ 450 milhões a construtoras por obras realizadas. Em alguns

casos, o atraso passa de 40 dias. Sem dinheiro, as empresas podem paralisar obras, o que significaria atraso na entrega de moradias populares e mais desemprego no setor da construção civil.

Empresários dizem que os pagamentos voltaram a atrasar a partir de janeiro, com a posse Bolsonaro. “De lá para cá, o governo federal sinalizou aos construtores com a regularização dos pagamentos, o que não aconteceu, afirmam, em trocas de mensagens por WhatsApp. “Não temos condições de chegar ao fim do ano”, alertam.

O Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) explicou que, nos dois primeiros meses do ano, houve um repasse menor para o programa “em decorrência do limite de pagamentos”, estabelecido por portaria do Ministério da Economia. As duas pastas conseguiram antecipar um “fluxo financeiro relevante” e, com isso, “ampliar o repasse ao programa no mês de março”, esclareceu o MDR, em nota.

Falência ameaça Enem

A realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) está ameaçada pela falência da gráfica RR Donnelley, decretada ontem. A empresa era responsável por imprimir as provas desde 2009 e havia assinado contrato com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) até 2019. Pelo cronograma oficial, o exame deve ser aplicado em 3 e 10 de novembro, daqui a sete meses, mas as inscrições começam em 6 maio, data em que a gráfica já precisaria começar os trabalhos.

O Inep ainda não explicou como resolverá o problema. Uma das opções é pedir dispensa de licitação para contratar uma empresa a tempo da aplicação da prova, o que pode ser feito em casos emergenciais. Uma nova licitação demoraria, pelo menos, seis meses. O Correio ligou para o Inep e enviou e-mail para saber os próximos passos, mas não obteve resposta.

A escolha da empresa precisará ser criteriosa, porque a gráfica responsável pelo Enem faz mais do que apenas imprimir as provas. Ela também organiza o material antes do envio para os locais de prova, o que envolve uma boa logística e um forte esquema de segurança. A RR Donnelley foi contratada em 2009 depois de um vazamento da prova, naquele ano.

Problemas

A falência da gráfica não é o único entrave para a aplicação do Enem. Servidores alertam para a desorganização no Inep, principalmente na diretoria que cuida da prova. Eles reclamam que o instituto está “completamente parado”, comentou um funcionário que preferiu não se identificar.

Na semana passada, o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, demitiu o presidente do instituto, Marcus Vinícius Rodrigues. Em seguida, o chefe da diretoria de avaliação da Educação Básica, Paulo Teixeira, se demitiu. Pelo menos 13 pessoas deixaram ou perderam cargos importantes na pasta desde o início da nova gestão, em janeiro. O governo têm tido muita dificuldade em conciliar grupos divergentes: um mais técnico, boa parte constituída por militares, e outro mais ideológico, que prioriza pautas como o Escola Sem Partido.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Governo Bolsonaro virou usina de factoides

Às vésperas dos cem dias, presidente e equipe dão mais resultado na geração de polêmicas vazias

Jair Bolsonaro está perto de completar cem dias de governo sem alcançar metas para o período.

Na saúde, prometeu ampliar a cobertura de cinco vacinas, mas as campanhas de imunização não ocorreram.

Medidas econômicas para facilitar o comércio internacional empacaram por falta de ambiente tributário.

O Itamaraty compromete-se a baixar tarifas do Mercosul. Ainda falta, porém, combinar o jogo com argentinos, paraguaios e uruguaios.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/fabio-fabrini/2019/04/governo-bolsonaro-virou-usina-de-factoides.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Falência de gráfica que imprime Enem coloca exame em risco

Empresa fecha em meio a crise no Inep e a momento ruim no mercado editorial

Brasília e São Paulo

O anúncio de falência da gráfica RR Donnelley, que desde 2009 imprime as provas do Enem, coloca em risco a realização do exame neste ano.

O Enem ocorre em novembro e, para cumprir o cronograma, a impressão das provas deve ocorrer até maio, no máximo.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/falencia-de-grafica-que-imprime-enem-coloca-exame-em-risco.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Governo pediu apoio da Casa da Moeda para impressão do Enem

Informação sobre possível falência de gráfica que imprime exame circulava há mais de um mês no MEC

Brasília

O Inep consultou neste ano a Casa da Moeda para ajudar na impressão do Enem. O pedido foi tema de uma reunião no último dia 11, em Brasília. A informação de que a gráfica RR Donnelley passava por dificuldades já circulava havia mais de um mês dentro do Inep, órgão do MEC (Ministério da Educação) responsável pelo Enem e outras avaliações.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/governo-pediu-apoio-da-casa-da-moeda-para-impressao-do-enem.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA

São decisões dele...

E-MAIL: ELIANE.CANTANHEDE@ESTADAO.COM TWITTER:

@ECANTANHEDE ELIANE CANTANHÊDE ESCREVE ÀS TERÇAS E SEXTAS-FEIRAS E AOS DOMINGOS

O Brasil assiste à guerra entre “olavetes” e militares sem que o presidente arbitre.

Depois de apoiar a reeleição de Donald Trump, o presidente Jair Bolsonaro agora apoia, com gestos, mais do que palavras, a reeleição de Binyamin Netanyahu, com quem rezou ontem no Muro das Lamentações, em Israel. Nada disso é trivial em diplomacia e política externa. Bolsonaro, porém, é Bolsonaro.

Ele toma decisões e age porque dá na telha, não exatamente por embasamento teórico, científico, histórico. Para ele, Trump e os EUA são o máximo, dane-se o resto. Netanyahu e Israel são fantásticos, os palestinos e o mundo árabe a gente vê depois.

Com esse voluntarismo, o mesmo presidente que mandou desconvidar Ilona Szabó de uma mera suplência de um mero conselho não consegue demitir o ministro que transformou o MEC num vexame. A ideologia derrubou Szabó. A ideologia mantém Vélez.

É assim também que Bolsonaro assiste impassível à avalanche de impropérios e palavrões proferidos pelo guru dos seus filhos, de Vélez e do chanceler Ernesto Araújo contra os generais que ocupam os principais cargos e têm sido um contraponto de bom senso aos excessos e aos erros do governo e do próprio presidente.

Premiado com um lugar de honra à mesa de um jantar para Bolsonaro nos EUA, Olavo de Carvalho já disse que os militares são uns... Desculpem, mas não consigo repetir. E ele chamou o vice-presidente Hamilton Mourão, general da reserva, de “idiota”, “imbecil”, “vergonha para as Forças Armadas” e “charlatão desprezível”.

Ele, o guru, também já provocou o chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Augusto Heleno, pelo fato de ele dar entrevistas para a mídia e conversar com jornalistas: “Você não tem vergonha, Heleno?”

A metralhadora giratória desviou-se agora para o ministro Santos Cruz, da Secretaria de Governo. Aquele que faz a cabeça dos filhos de Bolsonaro escreve para quem quiser ler que o general “não presta”, é um “monstro de autoadoração e empáfia” e dono de “uma mediocridade invejosa”.

Na coleção de ataques, há até um de puro sarcasmo, dizendo que, a partir de agora, quando se irritar, vai reagir gritando: “Santos Cruzes!”. Um achincalhe com um ministro, um general, uma pessoa séria, que tem gabinete no Palácio do Planalto, a poucos passos do presidente da República. E Bolsonaro não diz nada? Não acha nada?

Se não se mete com Olavo de Carvalho e não toma uma providência para salvar o MEC do desastre, Bolsonaro é corajoso ao reverenciar Trump e Netanyahu, ao atacar o presidente da Câmara e ao demitir o leal amigo Gustavo Bebianno, depois de agredi-lo pelas redes sociais, com ajuda do filho.

A guerra entre “olavetes”, militares e técnicos não é exclusiva do MEC, mas sim uma realidade no governo, com algumas exceções, como Economia e Justiça. O Brasil está assistindo a essa guerra intestina a céu aberto, à luz do dia, sem que o presidente da República arbitre.

O vice Mourão já me disse que não iria rebater mais Olavo de Carvalho e explicou: “Não se polemiza com maluco”. Mas Santos Cruz cansou de ouvir calado e revidou. O guru não saiu mais do Twitter e não parou mais de xingar. Será que é isso o que ele quer? Propaganda gratuita?

Aliás, ao insistir na comemoração do 31 de Março, que virou “rememoração”, o presidente provocou um tsunami de depoimentos dolorosos contra a ditadura militar. Não satisfeito, surgiu na lista do WhatsApp do Planalto, domingo à noite, um vídeo quase anônimo enaltecendo o golpe. Sem explicação, Mourão deu de ombros: “É decisão dele”...

Quem, afinal, vai reagir aos ataques do guru do bolsonarismo aos generais?

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Falência de gráfica que imprime Enem faz crescer incertezas sobre a prova Educação. Em meio à crise no ministério, a RR Donnelley, multinacional responsável pela impressão desde que houve o roubo e o cancelamento de 2009, informou que ‘precisou encerrar suas operações no Brasil’; especialistas já temem problemas com o cronograma

A gráfica que imprimiria o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) decretou falência ontem e paralisação de todos os trabalhos. A RR Donnelley, multinacional responsável pela prova desde 2009, informou que “precisou encerrar suas operações no Brasil” por causa das “atuais condições de mercado”. Segundo especialistas, o incidente pode ameaçar a realização do maior vestibular do País.

O ideal é que a prova fosse para a gráfica ainda este mês ou, no máximo, em maio, para que o cronograma não atrase. A notícia, revelada pelo Estado, causou insegurança em estudantes que se preparam para o exame que, em 2018, teve 6 milhões de candidatos. O vestibular será em novembro e começaram ontem as inscrições para quem quer pedir a isenção da taxa.

A falência complica mais a situação do Enem, que está sendo afetado pela atual crise no Ministério da Educação (MEC). Na semana passada, o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Marcus Vinicius Rodrigues, foi demitido ao se desentender com o ministro Ricardo Vélez Rodríguez. O Inep é o órgão responsável pelo Enem.

O presidente do Inep daria o aval para o trabalho da comissão criada mês passado para analisar questões consideradas “inadequadas” na prova. Ainda não foi nomeado um substituto. Rodrigues também havia pensado em usar a Casa da Moeda para parte da impressão do Enem, mas a ideia não foi adiante. Procurado desde a manhã de ontem, o Inep não se manifestou.

Só depois de finalizado o trabalho da nova comissão é que a prova com 180 questões

será montada. “Uma coisa é fazer a prova em novembro, outra coisa é o que tem de ser feito agora, há uma cadeia para ser viabilizada”, diz o especialista em avaliação e professor da Universidade de São Paulo (USP) Ocimar Alavarse. “Não é qualquer gráfica que pode imprimir o Enem, há um risco grande.”

A RR Donnelley assumiu a impressão quando a prova foi roubada e cancelada em 2009, na gestão de Fernando Haddad no MEC. O episódio foi revelado pelo Estado à época. Depois disso, foram feitas apenas duas licitações nesses dez anos para impressão da prova – em 2010 e em 2016. Ambas foram vencidas pela RR Donnelley e os contratos foram prorrogados por cinco anos. Em 2016, o valor do serviço era de R\$ 130 milhões.

A empresa também venceu licitações para imprimir outros exames do Inep. Concorrente da RR Donnelley, a Gráfica Plural entrou com representação no Tribunal de Contas da União (TCU) em 2016, alegando que havia “direcionamento do certame” por causa de “exigências restritivas”. Até hoje não há deliberação do TCU a respeito.

A licitação realizada no ano passado para impressão do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e do Exame Nacional de Desempenho do Estudante (Enade) também está parada por questionamentos na Justiça. “O governo federal está prestes a chegar aos 100 dias sem ter muito o que mostrar em educação. Espero que esse episódio não sirva de justificativa para atrasos e alterações no Enem, que tem imensa repercussão na vida dos jovens”, disse a presidente do Todos pela Educação, Priscila Cruz.

História. O roubo do Enem em 2009 foi justamente dentro da Gráfica Plural, que havia sido contratada por um consórcio vencedor da licitação para aplicar a prova. A Justiça, no entanto, não responsabilizou a gráfica pelo crime porque o furto foi realizado em um ambiente cedido para o consórcio. Na sequência, o Inep instaurou diversos processos de logística e segurança para o Enem. A contratação da gráfica passou a ser de responsabilidade do Inep.

“Toda mudança traz risco”, diz o então presidente do Inep, Reynaldo Fernandes. Segundo ele, o governo continuou com a RR Donnelley porque ela se mostrou eficiente e segura. Mas uma maneira de minimizar os problemas de segurança, diz, seria descentralizar a prova. “Temos de sair desse sistema de uma prova única, já temos tecnologia para isso.”

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Alunos têm receios e fazem especulações

A informação trouxe preocupações aos estudantes – e especulações. Para Lucas Miranda, de 19 anos, “a qualquer momento pode acontecer alguma coisa”. “Eu tenho medo, por exemplo, que o governo baixe um decreto tirando a efetividade do Sisu (Sistema de Seleção Unificada).”

A estudante Luiza Buscatti, de 18 anos, aluna de um curso pré-vestibular para Economia, se preocupa mais com a possibilidade de interferência no conteúdo da prova, após o MEC criar uma comissão para verificar a “pertinência” de questões. “Acredito que, por esse viés mais conservador do governo, a prova vai ser totalmente diferente e não vai seguir uma linha como nos outros anos. O MEC está muito inconstante e eu me sinto insegura.”

Já a também estudante Crislânia Silva de Lima, de 18 anos, de um curso pré-vestibular para Fisioterapia, observa que “pode ser que tenham de diminuir gastos com provas”. “Isso pode resultar em diminuir um dia de exame, por exemplo.”

Em 2017, o exame foi realizado em dois domingos consecutivos pela primeira vez. A mudança foi avaliada positivamente pelos alunos. O calendário divulgado pelo para 2019, até o momento, mantém o formato: a seleção deve ocorrer nos dias 3 e 10 de novembro.

Calma. O diretor do Cursinho da Poli, Gilberto Alvarez, defende que é preciso “tranquilizar os alunos” e lembra que o edital e a relação de conteúdos de referência do Enem já foram publicados, e nenhuma mudança drástica na orientação para o conteúdo da prova ocorreu até o momento.

A mesma linha é adotada pelo coordenador do Anglo Vestibulares, Daniel Perry. “A nossa preocupação principal é em relação a parte pedagógica e nesse sentido não houve nenhuma sinalização de mudanças.”

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Em meio à crise, olavistas do MEC vão viajar para Paris

Agenda oficial prevê compromissos na OCDE e visita à Casa França-Brasil; disputas internas continuam

BRASÍLIA

Em um momento de austeridade nos gastos e de crise no Ministério da Educação, três assessores da pasta ligados ao escritor Olavo de Carvalho vão viajar para Paris, com passagens e diárias pagas pelos cofres públicos. Entre os dias 6 e 14, participarão de eventos que a equipe da pasta classifica como “assuntos laterais” da área do ensino.

Pela agenda oficial, os assessores participam apenas de encontros com integrantes da Delegação do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), da sessão da Education Policy Committee (EDPC) e da visita à Casa França-Brasil. Integram a comitiva Bruna Luiza Becker, assessora especial do MEC, Mariana Nascimento Santos, chefe interina da Assessoria Internacional da pasta, e Murilo Rezende Ferreira, assessor do gabinete do ministro Vélez Rodríguez.

O Estado procurou o MEC para saber a razão da viagem e os custos. Até as 19h40 não havia obtido resposta. Todos os integrantes do grupo fazem parte da equipe de “olavistas”, seguidores do escritor Olavo de Carvalho, que na gestão de Jair Bolsonaro passaram a trabalhar no ministério. O grupo é apontado como um dos pivôs da crise que se instalou em fevereiro, quando o ministro Ricardo Vélez Rodríguez enviou uma carta às escolas, sugerindo que crianças fossem gravadas cantando o Hino Nacional.

Em uma tentativa de permanecer no cargo, Vélez assinou mais de 15 exonerações. Teve dificuldades, no entanto, para preencher as vagas, o que acabou agravando a crise e aumentando a paralisia dos programas. Somente na sexta, por exemplo, o posto de secretário executivo foi preenchido. Depois de 15 dias vago, passou a ser ocupado pelo tenente brigadeiro Ricardo Machado Vieira. Ele tem como missão “esfriar” o clima e tentar reduzir a exposição do governo. A previsão é de que, em um segundo momento, seja oficializada a saída de Vélez do cargo – dada como certa por integrantes do Planalto.

Nome. A expectativa é de que a definição sobre o novo nome para ocupar a pasta ocorra logo depois do retorno de Bolsonaro da atual série de viagens. Ele já criticou publicamente o ministro da Educação. A demora para a reestruturação é atribuída à dificuldade para encontrar um sucessor. Bolsonaro estaria em busca de um nome que agradasse à bancada evangélica. Um dos cotados é o senador Izalci Lucas (PSDB-DF). Ele teria perdido pontos, no entanto, quando, em uma conversa com um emissário, teria exigido mais recursos e autonomia para indicar toda a equipe. Vendo que seu prestígio havia caído, o senador semana passada passou várias horas no Planalto, conversando com militares, que também disputam poder no MEC. Izalci teria admitido uma composição, abrindo novamente espaço para negociação.

Ao Estado, o senador afirmou que estaria disposto a ingressar no MEC. Mas negou que, nas longas audiências no Planalto, o assunto fosse esse.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Fraude na UNIG

Mais de 65 mil diplomas são cancelados pelo MEC

SÃO PAULO

Depois de mais de um ano de espera, o professor Fabrício Santos, de 42 anos, foi chamado para assumir a vaga conquistada num concurso público para diretor de uma escola no Guarujá, no litoral de São Paulo.

Sua posse aconteceria no começo de janeiro, mas ele foi impedido de tomá-la: o registro de seu diploma em Pedagogia, pré-requisito para a função, estava cancelado.

O documento foi um dos 65.173 diplomas cancelados pelo Ministério da Educação (MEC) no fim do ano passado. Todos haviam sido cancelados pela Universidade Iguazu (Unig), com sede em Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, investigada por participar de um esquema de fraude com alcance nacional.

— Ser diretor era um sonho, fiz um planejamento de vida, estudei para o concurso, fiz cursos preparatórios. Quando acho que vou relaxar, me estoura uma bomba dessas — disse Santos.

Assim como os donos dos mais de 65 mil diplomas cancelados, Santos foi pego de surpresa. Soube por amigos, via WhatsApp, que diplomas com a chancela da Unig estavam numa espécie de "lista suja" do MEC e não tinham mais validade.

Embora o registro de seu diploma fosse da Unig, Santos nunca cursou essa universidade. Em 2013, quando ingressou na segunda licenciatura, fazia aulas num instituto de ensino em Santos, parceiro da Faculdade da Aldeia de Carapicuíba (Falc), que obtinha os registros da Unig.

Santos diz ter se assegurado de que a situação da Falc estava regular no site do MEC. Contou ter frequentado aulas presenciais, feito provas e Trabalho de Conclusão de Curso. Pagou ao todo 18 parcelas de R\$ 350. Um ano e nove meses depois, já tinha o diploma.

CPI EM PERNAMBUCO

O GLOBO ouviu outros cinco professores em situação semelhante, alguns também prejudicados em concursos públicos. Para o advogado Rafael Leoni, que defende parte deles, a medida fere os direitos do consumidor.

— Eles cursavam uma faculdade com boa avaliação no MEC, nome no mercado e que estampava legalidade. Faziam tudo como manda o figurino —disse Leoni.

A fraude da qual Santos foi vítima se tornou conhecida das autoridades por uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa de Pernambuco.

Em 2016, o relatório final da CPI concluiu que o esquema, em geral, envolve três entidades associadas: uma instituição de ensino que oferta cursos livres como se fossem de graduação e pós-graduação; uma faculdade reconhecida pelo MEC, mas sem permissão para terceirizar esses cursos; e, por fim, uma universidade, que garante os registros dos diplomas. Dezenas de instituições estavam envolvidas na fraude.

Na maioria dos casos, os cursos oferecidos eram mais baratos do que a média do mercado e menos exigentes em carga horária e avaliações.

Segundo a CPI, essas instituições iludiam alunos a partir da venda de cursos irregulares ao terceirizar o serviço de educação.

A Unig teve papel-chave na fraude por conferir "o aspecto formal de legalidade ao esquema de diplomação irregular em todo o território nacional". Depoimentos na CPI mostraram que a Unig levava de um a dois meses para cancelar os diplomas. Em outras universidades, o processo levava mais de um ano. As investigações apontaram crimes como propaganda enganosa, sonegação fiscal, falsidade ideológica e associação criminosa.

Na ocasião, o MEC instaurou um processo administrativo. Afastou o corpo diretivo da Unig, suspendeu sua autonomia universitária — o que a impediu de registrar novos diplomas —, nomeou um interventor e determinou uma auditoria interna.

Depois de cumprir um protocolo de compromisso com o MEC, com a interveniência do Ministério Público Federal (MPF) de Pernambuco, a Unig cancelou os mais de 65 mil diplomas registrados para terceiros. Em troca, retomou a permissão para emitir diplomas e tem até autonomia para abrir cursos.

Professores que buscavam uma segunda licenciatura em Pedagogia para melhorar salários nas redes municipal e estadual de ensino, ou ainda para prestar concursos, foram prejudicados.

O Centro do Professorado Paulista, que representa os profissionais do magistério, solicitou ao secretário de Educação de São Paulo que "assegure a utilização dos referidos diplomas para todos os fins"

Como não obteve retorno, entrará com um mandado de segurança coletivo. A Secretaria de Educação de São Paulo limitou-se a afirmar que aguarda a tramitação do processo administrativo instaurado pelo MEC, além de apreciação da Procuradoria-Geral de

Estado, e que "todas as medidas administrativas serão adotadas".

FALTA DE CRITÉRIO

Assustados com o cancelamento dos diplomas, os professores se organizaram no WhatsApp. Há pelo menos três grupos em São Paulo, com mais de 700 pessoas.

Com medo da exposição, firmaram uma espécie de pacto de silêncio. Muitos deles não quiseram conceder entrevista. Temem ser acusados de contratar um curso fácil. As vítimas da Unig reconhecem que alguns dos cursos com diplomas cancelados eram irregulares, mas não todos.

O professor Everton Seixas, de 38 anos, cursou Pedagogia na sede da Falc, em Carapicuíba. O curso durou três anos. Em 2018, ele foi convidado por uma escola de Diadema para assumir a vice-direção, cargo que exige o diploma.

Ao apresentar a documentação, foi surpreendido pela recusa da Secretaria de Educação. Teve de voltar à escola de origem.

—Precisei convencer a diretora a me aceitar de volta. Foi um transtorno grande. Em vez de rever caso a caso, a Unig cancelou esse monte de diplomas. Não separou o joio do trigo —diz Seixas.

Tanto ele quanto Santos entraram na Justiça e obtiveram uma liminar para assumir seus postos. Santos tomou posse há alguns dias. Seixas conseguiu a vice-diretoria da escola de origem.

Depois do caso Unig, as regras para emissão e registro de diplomas de graduação foram alteradas pelo MEC no ano passado, a fim de evitar fraudes.

Segundo o ministério, no processo de apuração de irregularidades ficou constatado que, no período de 2011 a 2016, a Unig realizou 94.781 registros de diplomas de cursos superiores de outras instituições. Do total de diplomas registrados, regularizou parte deles e cancelou 65.173 dos registros irregulares (67,45%).

Em nota, a Unig disse que os cancelamentos ocorreram "em decorrência do processo de supervisão instaurado pelo MEC que visava apurar os registros realizados em diplomas emitidos por faculdades sem autonomia para registro do próprio diploma, em desacordo com seus atos autorizativos"

Depois de firmar o protocolo de compromissos, "a Unig adotou providências para normatizar seus procedimentos de registro de diplomas de modo a conferir a idoneidade da documentação apresentada pela instituição emitente do diploma", afirmou o MEC.

A pasta afirmou ainda que Falc foi uma das 25 instituições de ensino superior "descredenciadas por este Ministério com comprovada atuação irregular de emissão de diplomas e certificados irregulares pela CPI da Alepe".

A defesa da Falc afirmou que entrou na Justiça para tentar "reverter a decisão e revalidar os diplomas, a fim de não prejudicar os alunos, que não têm culpa"

topo ↗

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Gráfica onde as provas do Enem são impressas declara falência

Empresa americana, escolhida após vazamento do exame, em 2009, culpa crise no mercado editorial; Inep, órgão que organiza a aplicação, havia renovado ontem contrato para impressão

Faltando pouco mais de um mês para o início das inscrições, a organização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) enfrenta uma série de percalços. O Banco Nacional de Itens (BNI), onde ficam todas as questões da prova, passa por análise de uma comissão de inspeção para retirar itens considerados com viés ideológico; o Inep, autarquia federal que organiza a prova, está sem presidente desde a última semana e, ontem, a gráfica RR Donnelley, onde a prova é impressa, declarou falência.

Os funcionários da gráfica foram informados, por meio de uma carta distribuída pela empresa, que todas as operações no Brasil estão encerradas. A organização alega que isso se deve às condições atuais do mercado editorial e que já não tinha em caixa o dinheiro necessário para cumprir a folha de pagamento do próximo mês.

A notícia da falência gera temor de que o cronograma do Enem 2019 atrase. Em geral, as provas são enviadas para impressão em maio, meses antes da aplicação do exame — que, neste ano, está marcada para 3 e 10 de novembro. A assessoria de imprensa do Inep não se manifestou sobre a questão da gráfica até a conclusão da reportagem, mas afirmou que as datas do exame permanecem.

—O processo de impressão em si não preocupa, há quatro ou cinco gráficas no país que têm plantas de grande porte, capazes de atender o Enem. O que pode ser um problema é a indefinição do governo em aprovar a licitação. De uma forma geral, está tudo atrasado —afirma João Scortecci, diretor do segmento editorial da Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf).

Scortecci diz que a licitação "exige quase que uma segunda gráfica de reserva, para o caso de haver falha na titular".

— O Enem só corre risco se o governo não se posicionar. O Inep precisa escolher seu novo presidente, e ele, decidir uma nova licitação. Em maio tem de estar contratado. Rodar as provas é simples, o problema é a logística de segurança. Esse material viaja, sai tudo de uma central, é uma operação de guerra.

Multinacional com sede nos Estados Unidos, a RR Donnelley se tornou a gráfica onde o Enem é impresso desde a edição de 2009, quando o exame foi roubado.

O roubo aconteceu dentro da gráfica Plural, que havia sido contratada para imprimir as provas por uma empresa vencedora da licitação para aplicar o Enem. Desde então, para evitar que situações assim ocorram novamente, o Inep decidiu que a contratação da gráfica passaria a ser de responsabilidade do próprio Inep, e não mais da empresa que aplica o Enem.

RENOVAÇÃO NO MESMO DIA DO FECHAMENTO

A falência da RR Donnelley foi decretada no mesmo dia em que o Inep publicou, no Diário Oficial, um termo aditivo com a gráfica para que seus serviços fossem

prorrogados por mais 12 meses caso não seja concluída uma nova licitação para definir a empresa que prestará o serviço.

Desde dezembro, já existe um edital para licitar a impressão de provas do Inep. Como empresas concorrentes nessa licitação estão as próprias RR Donnelley, que declarou falência ontem, e a Plural, que fez a impressão quando ocorreu o vazamento da prova.

Nesse cenário, no último dia 11, o Inep pediu à Casa da Moeda ajuda para viabilizar o Enem. Na reunião, não ficou acertado se a empresa pública poderia entrar na empreitada. As dificuldades com a gráfica RR Donnelley já eram conhecidas.

A ideia era que a Casa da Moeda fizesse uma parte do material, como a lista dos alunos e de fiscais por sala, entre outros materiais de apoio. Um novo encontro ficou acertado para breve, mas o então presidente da autarquia, Marcus Vinicius Rodrigues, foi demitido antes.

A Casa da Moeda afirmou que não há nenhuma tratativa em andamento. Disse também que o convite para conhecer o parque gráfico no Rio continua válido para o próximo presidente da instituição. O general Francisco Mamede Brito, que era chefe de gabinete de Marcus Vinicius Rodrigues, é cotado para assumir a direção do Inep.

Esse "troca-troca" de cargos tem sido uma constante no Ministério da Educação: em apenas três meses da nova gestão, ao menos 14 pessoas do alto escalão da pasta já foram demitidas.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Selecionados no Fies não conseguem matrículas em faculdades

Estudantes que acabam de ingressar na faculdade ainda não conseguiram começar as aulas por um problema no sistema do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Eles estão sem acesso ao documento que liberaria o financiamento via Caixa Econômica Federal e, por isso, não puderam se matricular nas instituições para as quais foram admitidos.

A Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (ABMES) orientou as faculdades a receber os alunos, mesmo sem matrícula, de forma a não fazê-los perder mais aulas.

—Nossa orientação é para que as instituições acolham, na medida do possível, os estudantes que foram pré-selecionados pelo Fies, mas não conseguem efetivar a contratação — afirma Sólton Caldas, diretor executivo da ABMES. — Caso contrário, o ingresso desse aluno apenas após a formalização do contrato resultaria na perda automática do semestre por faltas.

Os nomes dos selecionados foram divulgados em fevereiro. O Ministério da Educação (MEC), porém, não enviou às universidades a lista dos alunos com direito ao financiamento pelo que alega ser um problema no sistema. Em nota, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) afirma que "foi identificado um problema sistêmico que tem impedido a troca de informações" ..

Segundo o edital do Fies, em casos de erros "que resultem na perda de prazo para validação da inscrição", a Caixa Econômica e os gestores do fundo têm até o dia 30 de junho de 2019 para "adotar as providências necessárias à prorrogação dos respectivos prazos". Quando questionado se os alunos já podem começar a frequentar as aulas ou se deverão esperar até junho, o FNDE/MEC não respondeu.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS

RR Donnelley pede falência e sai do país

"Quanto ao Enem, não vejo muito problema, porque a licitação anual ocorre em abril e há quatro ou cinco outras gráficas com escala suficiente para rodar", afirmou Scortecci. "O que complica é a falta de clareza quanto à gestão no MEC [Ministério da Educação]". O mercado gráfico editorial movimenta cerca de R\$ 5,4 bilhões por ano no Brasil, considerando-se livros e revistas, e é o segundo maior para o setor gráfico, atrás apenas de embalagens.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/empresas/6192873/rr-donnelley-pede-falencia-e-sai-do-pais>

topo ↕

J. DO COMMERCIO - PE - BRASIL

Mais um problema para o Enem 2019

INEP Gráfica que imprime prova decretou falência, aumentando incerteza sobre o exame

O anúncio de falência da gráfica RR Donnelley, que imprime as provas do Enem desde 2009, trouxe mais um problema para o Ministério da Educação resolver no que diz respeito ao exame. Isso porque o MEC e o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) já atravessam um clima de insegurança, provocado pelas seguidas exonerações. Na semana passada, o presidente do instituto, Marcus Vinicius Rodrigues, foi demitido pelo ministro Ricardo Vélez Rodríguez. Já o chefe da diretoria de avaliação da Educação Básica dentro do Inep, Paulo Teixeira, pediu demissão em solidariedade ao demitido. O Inep é responsável pela prova. O que deixa a situação mais apertada é o prazo para a impressão do exame.

O Enem ocorre em novembro e, para cumprir o cronograma, a produção das provas deve ocorrer até maio, no máximo. Além disso, o trabalho não é feito por qualquer empresa, já que exige rigor na segurança e logística para que questões não vazem. Por conta do problema, o Inep consultou a Casa da Moeda para ajudar na impressão do Enem. O pedido foi tema de uma reunião no último dia 11, em Brasília.

A informação de que a gráfica RR Donnelley passava por dificuldades já circulava havia mais de um mês dentro do Inep. Os integrantes da Casa da Moeda, que ficam no Rio de Janeiro, viajaram a Brasília especialmente para falar do assunto. Na reunião, foram tratados o fornecimento de parte do material do Enem, como listas de chamada e relação de aplicadores. As conversas, no entanto, não tiveram continuidade por causa da crise do MEC. Dessa forma, não houve avanço no formato de contrato ou demais detalhes, como o volume de materiais a serem impressos.

O anúncio da falência da empresa preocupa servidores do instituto com relação à realização do exame. Participaram da reunião no mês passado o ex-presidente do Inep, Marcus Vinicius Rodrigues, e o diretor de Inovação e Mercado da Casa da Moeda, Ary Vicente de Santana, além de outros dois superintendentes. Para promover o Enem, a

Casa da Moeda necessitaria de uma mudança de estatuto para realizar os serviços relacionados ao exame.

A instituição convocou nova reunião com o Inep mas não obteve retorno. Por isso, as tratativas estão paradas. A RR Donnelley assumiu a impressão do Enem 2009, depois que a prova vazou naquele mesmo ano. O sistema de segurança e logística foi aprimorado ao longo dos anos, ao mesmo tempo em que órgãos de controle cobravam a realização de licitação para o serviço. A empresa tem contrato com o Inep para a realização da prova até este ano.

A ideia dentro do Inep era publicar um novo pregão neste ano, mas a medida não andou. Há um processo de licitação envolvendo outras avaliações educacionais, como o Saeb, que também segue parado – este por causa de questionamentos de empresas concorrentes. Segundo o presidente da Abigraf (Associação Brasileira da Indústria Gráfica), João Scortecci, a RR Donnelley não é a única empresa capaz de atender às demandas do Inep, mas o número de companhias aptas não passa de cinco no Brasil. “Imprimir é fácil, o difícil é a logística. Exige segurança, fiscalização e muito bom senso”, diz Scortecci.

O pedido de falência da RR Donnelley foi protocolado no domingo (31) na 1ª Vara Cível de Osasco. Em comunicado, a empresa afirma que “entre os fatores que levaram o grupo a tomar esta medida estão as atuais condições de mercado na indústria gráfica e editorial tradicional, que estão difíceis em toda parte, mas especialmente no Brasil”. No ano passado, o Enem recebeu 5,5 milhões de inscrições.

No total, foram impressas 11 milhões de provas. O resultado é a porta de entrada para praticamente todas as universidades do País. Além do Enem, o MEC enfrenta problema no Fies, programa de financiamento estudantil. Estudantes estão impedidos de se matricular por falhas no sistema do programa. Por conta disso, estão impedidos de frequentar aulas, que já começaram faz um mês, e até de fazer provas. 5,5 milhões foi a quantidade de inscritos no Enem em 2018. O exame serve como entrada para muitas universidades no País.

[topo](#)

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - GERAL

Iolene Lima é exonerada de secretaria do MEC

O ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, exonerou a diretora de Capacitação Técnica, Pedagógica e de Gestão de Profissionais da Educação da Secretaria de Educação Básica, Iolene Lima. A demissão saiu publicada na edição de ontem do Diário Oficial da União.

A educadora havia sido anunciada pelo ministro Ricardo Vélez, na metade de março, como nova secretária executiva do Ministério da Educação (MEC), em substituição a Luís Antônio Tozi. No entanto, não chegou a ser nomeada.

Iolene não foi o primeiro nome anunciado para substituir Tozi. Vélez havia indicado o cargo para Rubens Barreto da Silva, secretário executivo adjunto do MEC, mas ele também não chegou a assumir a secretaria. Na semana passada, o tenente-brigadeiro Ricardo Machado Vieira assumiu a secretaria.

A demissão de Iolene soma-se a uma série de remanejamentos. No dia 26, o professor Marcus Vinicius Carvalho Rodrigues foi demitido da presidência do Instituto Nacional

de Estudos e Pesquisas Educacionais, após o anúncio de que a avaliação da alfabetização não seria realizada neste ano. O MEC revogou a medida. Já a secretária de Educação Básica, Tânia Leme de Almeida, pediu demissão.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Falência de gráfica que imprime provas do Enem coloca exame em risco

Esse é mais um dos ocorridos que complicam a situação do MEC. Para cumprir o cronograma, a impressão deveria ocorrer até maio. A prova será em novembro

Responsável por imprimir as provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) desde 2009, a gráfica RR Donnelley decretou falência e paralisação nesta segunda-feira (1/4). A empresa informou que "precisou encerrar suas operações no Brasil" por causa das "atuais condições de mercado".

No entanto, especialistas afirmam que há risco de falhas na segurança com uma mudança da empresa nessa etapa do processo. Para cumprir o prazo, a impressão deveria ocorrer até maio, no máximo. A prova será em novembro e hoje começaram as inscrições para quem quer pedir a isenção da taxa.

O ocorrido complica ainda mais a situação do Enem, que está sendo afetado pela crise atual no Ministério da Educação (MEC). Na semana passada, o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Marcus Vinicius Rodrigues, foi demitido ao se desentender com o ministro Ricardo Vélez Rodríguez. Ele foi o responsável pela decisão de deixar de avaliar a alfabetização no País, revelada pelo Estado e depois revogada por Vélez.

O presidente no Inep daria o aval para o trabalho da comissão criada para analisar questões consideradas inadequadas. Ainda não foi nomeado um substituto. Desde a manhã desta segunda-feira, o Estado pede um posicionamento do Inep sobre a falência da gráfica e ainda não obteve resposta. Rodrigues também havia pensado em usar a Casa da Moeda para parte da impressão do Enem, mas a ideia não foi adiante.

Só depois de finalizado o trabalho da comissão é que a prova com 180 questões será montada, um trabalho demorado. "Uma coisa é fazer a prova em novembro, outra coisa é o que tem que ser feito agora, há uma cadeia para ser viabilizada", diz o especialista em avaliação e professor da Universidade de São Paulo (USP), Ocimar Alavarse. "Não é qualquer gráfica que pode imprimir o Enem, há um risco grande."

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) não se pronunciou sobre o caso. Segundo a empresa RR Donnelley, para minimizar o impacto da falência, a empresa entrará em contato com o sindicato e avaliará a possibilidade de rescindir todos os contratos de trabalho já nos próximos dias. Isso permitirá o pronto levantamento dos valores depositados nas contas vinculadas do FGTS e habilitará os funcionários a solicitarem o seguro-desemprego, na forma da lei.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Após falha no Fies, MEC prorroga até sexta o prazo de conclusão da inscrição

Estudantes selecionados dizem que etapa de complementação da inscrição tem falhas no sistema e que, por isso, estão sem poder efetivar a matrícula e frequentar as aulas.

As falhas do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) fizeram o Ministério da Educação (MEC) prorrogar até esta sexta-feira (5) o prazo para os estudantes selecionados na modalidade Fies conseguirem concluir sua inscrição no sistema. Milhares de universitários aprovados pelo programa estão sem poder ir à aula em universidades particulares por causa do problema, que tem impedido a conclusão do processo e a garantia da matrícula.

"Diante das dificuldades verificadas, o MEC esclarece que não haverá prejuízo ao estudante para a contratação do Fies. O prazo para validação da inscrição pela instituição de ensino foi ampliado para o dia 5 de abril", afirmou o ministério, em nota.

Karen Castro foi selecionada no dia 25 de fevereiro para cursar a faculdade. As aulas já haviam começado, mas ela levou ainda outros 20 dias para conseguir se matricular por causa da burocracia. No fim, perdeu um mês de aula e até hoje não assinou o contrato de financiamento com a Caixa.

"Eu ainda não sei se vou perder ou não o semestre, se vai dar certo, e espero que dê. Eu tô perdendo dinheiro indo pra faculdade, comprando almoço, acordando cedo, tenho que pegar o ônibus 6h20. E sem a certeza se eu vou conseguir estudar ou não", afirmou Karen, que aparece como "desistente" nos registros da faculdade (assista no vídeo acima).

Entenda o problema

O resultado da chamada única do Fies do primeiro semestre de 2019 foi divulgado em 25 de fevereiro. Inicialmente, o edital previa o período entre 26 de fevereiro a 7 de março, para a fase de complementação da inscrição, que é quando os estudantes apresentam documentos mostrando que preenchem os requisitos para participar do programa.

Porém, quando os estudantes chegavam à fase de efetivamente fechar o contrato do Fies com a Caixa Econômica Federal, eles são informados de que faltam informações no cadastro para finalizar o processo.

No mês passado, esse prazo já havia sido prorrogado até 11 de março. Agora, o MEC afirmou, em nota que adiaria novamente o prazo até a próxima sexta.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) informou ao Jornal Nacional que foi identificado um problema sistêmico, e que essa falha tem impedido a troca de informações com o agente financeiro em relação aos candidatos pré-selecionados do Fies.

O Fundo disse ainda, em nota divulgada nesta segunda-feira (1º), que casos de erros ou problemas no sistema podem levar o MEC ou os bancos operadores do programa a prorrogarem o prazo de conclusão da inscrição até 30 de junho (leia a íntegra da nota no fim da reportagem).

Estudantes sem matrícula

O programa oferece 100 mil contratos de financiamento em cursos de graduação em universidades privadas e é atrativo por não terem taxa de juros, além das condições de pagamento do financiamento após a conclusão da graduação.

Mas, enquanto não conseguem resolver o problema, estudantes selecionadas a um contrato de financiamento do Fies neste semestre agora contam que correm o risco de sofrer prejuízos acadêmicos.

"Eu tô desde o dia 1º de março tentando finalizar o meu contrato com a Caixa e eu não consigo", reclamou a estudante Elen Alves. Luisa Bastos Lira também tem o mesmo problema. "Quanto tempo mais de aula a gente vai precisa perder até que eles resolvam esse erro? Qual vai ser o prejuízo acadêmico pra gente?"

Sólon Caldas, diretor-executivo da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes), disse que a orientação é que as faculdades aceitem a matrícula dos alunos enquanto o problema não for resolvido. Mas ele admite muitos podem perder o semestre.

"Os alunos que não estão frequentando as aulas por um motivo qualquer, eles têm duas opções: ou ele vai reprovar o primeiro semestre por conta das faltas, ou ele pode ingressar a partir do segundo semestre. Essa é a melhor opção." - Sólon Caldas, diretor-executivo da Abmes

Leia a íntegra da nota do FNDE

"Foi identificado um problema sistêmico que tem impedido a troca de informações com o agente financeiro em relação aos candidatos pré-selecionados do Fies referente a este primeiro semestre de 2019. Nesse contexto, de acordo com o Edital SESU/MEC nº 1, de 2.1.2019, item 6.2 das disposições finais, os estudantes não serão prejudicados em relação ao prazo para contratação do financiamento tendo em vista que haverá prorrogação e, assim, poderão contratar normalmente o financiamento estudantil, desde que atendidos os demais requisitos para concessão do financiamento, nos termos da Portaria MEC nº 209, de 2018, e dos normativos vigentes da modalidade Fies. Veja abaixo trecho de edital que aponta essa possibilidade:

6.2. Exclusivamente para a modalidade Fies, em caso de erros ou da existência de óbices operacionais por parte da IES, da CPSA, do agente financeiro ou dos gestores do Fies, que resultem na perda de prazo para validação da inscrição e contratação do financiamento pelo CANDIDATO pré-selecionado, a SESU/MEC ou o agente operador do Fies, a depender do momento em que o erro ou óbice operacional for identificado, poderão, até o dia 30 de junho de 2019, adotar as providências necessárias à prorrogação dos respectivos prazos, nos termos do art. 107 da Portaria MEC nº 209, de 2018, após o recebimento e avaliação das justificativas apresentadas pela parte interessada e, se for o caso, autorização da SESU/MEC sobre a existência de vagas."

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Sem salas de aula disponíveis em quase metade dos polos, Univesp cancela vestibular pela 1ª vez

Levantamento aponta que, dos 239 polos fixos do estado vistoriados, 110 não têm uma sala de aula.

A Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp), instituição de ensino superior pública mantida pelo governo de São Paulo, teve o seu vestibular cancelado pela primeira vez em cinco anos desde o início da aplicação da prova para a seleção dos alunos.

Realizado regularmente no mês de janeiro, a universidade adiou o processo seletivo somente para o meio deste ano após encontrar uma série de irregularidades na estrutura da instituição e falta de planejamento que impossibilitavam a entrada de novos alunos.

Dos 239 polos fixos do estado vistoriados, onde ocorrem as atividades presenciais exigidas para a conclusão do curso, 110 não têm uma sala de aula sequer, exigência obrigatória para a realização da graduação. O número representa 46% do total.

A Univesp permite que o aluno faça um curso de graduação gratuita a distância. No entanto, os cursos têm aulas complementares pela internet, TV digital, além de atividades presenciais nos polos de ensino.

O levantamento foi realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico entre 21 de maio e 13 de dezembro de 2018. O documento analisou 239 polos dos 330 totais da Univesp distribuídos por 287 municípios do estado.

Os 91 polos que não constam no relatório da vistoria foram criados após o segundo semestre de 2018, durante a gestão Márcio França (PSB), quando foi prometida uma grande expansão do número de vagas existentes.

A atual gestão, de João Doria (PSDB), reclama de falta de planejamento na expansão da rede. "A gente chegou aqui e tinha muita coisa para ser feita com pressa. As aulas começariam em um mês [25 de fevereiro] e não tinham pessoas para atender os alunos e todas as disciplinas organizadas. EAD [Ensino a Distância] é preciso gravar, preparar. Não tínhamos clara a estrutura e dimensionamento dos polos nem a quantidade de alunos", afirmou Rodolfo Jardim de Azevedo, presidente da Univesp.

Esses polos estão instalados nos campi de instituições parceiras e em espaços físicos especificamente cedidos para esse fim por outras entidades públicas. Na capital paulista, por exemplo, os polos funcionam nos Centros de Educação Unificados (CEUs). Já nas cidades do interior, o convênio é feito diretamente com o município que normalmente cede espaços nas escolas públicas.

Além da falta de salas de aula, um levantamento apontou que apenas 17 polos (7%) possuem laboratórios de informática com os requisitos exigidos pela Univesp.

Outros 29 polos (12%) existentes não tinham sinal de internet. Em apenas 95 polos a velocidade da Internet era considerada satisfatória para realizar as funções mais básicas.

"Isso deveria ter sido planejado em setembro, não posso ter vestibular em um final de semana que já tem. Tenho o período de isenção de taxa, de inscrição, elaboração da prova e contratação da empresa para aplicar o exame", disse o presidente da instituição.

De acordo com o levantamento, o número de vagas ofertadas foi superdimensionado, e em pelo menos 24 municípios o número de matriculados não alcançou o total de vagas disponíveis. "Um dos trabalhos é ter critério para dimensionar a população atendida", afirmou Azevedo.

A antiga gestão, do ex-governador Márcio França (PSB), rebateu as críticas sobre falta

de planejamento. Segundo Ricardo Bocalon, ex-secretário de estado de Desenvolvimento Econômico, o atual governo optou por não fazer o vestibular da Univesp em 2019.

“Ele pode fazer em outros meses se quiser, pois se trata de curso de educação a distância. Não aconteceu no início do ano porque ele não fez a transição na Univesp, apesar de nossos insistentes pedidos. Só nomeou o presidente da universidade no final de janeiro deste ano. O que significa tirar a oportunidade de milhares de jovens no estado de São Paulo que sonham em fazer uma universidade pública de qualidade”, afirmou Bocalon em nota.

Atualmente, 31 mil alunos estudam na instituição. Para o próximo vestibular, em agosto deste ano, serão oferecidos cinco cursos de graduação: engenharia de produção, engenharia de computação, matemática, pedagogia e gestão pública.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Falha no sistema do governo impede aprovados no Fies de irem às aulas Estudantes não conseguem ter o financiamento liberado porque as informações não chegam para a Caixa Econômica.

Milhares de estudantes aprovados no Fies ainda estão esperando a liberação do financiamento para pagar a faculdade. Por causa de uma falha no sistema de informações do governo, muitos não estão indo à aula e correm o risco de perder o semestre.

Quando o MEC abriu as inscrições para o Fies, no dia 25, as aulas já tinham começado na faculdade escolhida pela Karen Geovana Castro. Ela levou mais 20 dias para conseguir se matricular por causa da burocracia. No fim das contas, perdeu um mês de aula.

E até hoje a Karen não assinou o contrato com a Caixa Econômica para liberar o pagamento da mensalidade. Na faculdade, o nome dela aparece como desistente.

“Eu ainda não sei se vou perder ou não o semestre, se vai dar certo e eu espero que dê porque eu estou perdendo dinheiro indo para a faculdade, comprando almoço, eu estou acordando cedo. Eu tenho que pegar o ônibus as 6h20 e não tem nenhuma certeza se eu vou conseguir estudar ou não”, contou ela.

Alunos de várias cidades do país enviaram vídeos contando história semelhante.

“Eu estou desde o dia 1º de março tentando finalizar o meu contrato com a Caixa e eu não consigo”, disse Elen Alves.

“Quanto tempo mais de aula a gente vai precisa perder até que eles resolvam esse erro? Qual vai ser o prejuízo acadêmico para a gente?”, pergunta Luísa Bastos Lira.

Quando os estudantes chegam para fechar o contrato com a Caixa são informados de que faltam informações no cadastro para finalizar o processo. Nesta segunda-feira (1º), o Ministério da Educação reconheceu o problema. O prazo de inscrição no programa foi estendido até o dia 5 de abril.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) informou que foi identificado um problema sistêmico que tem impedido a troca de informações com o agente financeiro em relação aos candidatos pré-selecionados do Fies.

Em 2019 foram liberadas cem mil vagas para o financiamento estudantil a juros zero. Para ter direito ao financiamento, o estudante tem que fazer mais de 450 pontos no Enem, não tirar zero na redação e comprovar renda familiar mensal por pessoa de até três salários mínimos.

O diretor-executivo da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, Sólton Caldas, está orientando as faculdades a aceitarem os alunos enquanto o problema não for resolvido, mas ele admite muitos alunos podem perder o semestre.

“A orientação para as instituições de ensino é para que elas recebam esses alunos sobretudo porque os alunos não têm como resolver o problema técnico. Esses alunos que procuram a instituição de ensino para poder frequentar as aulas estão frequentando as aulas. Os alunos que não estão frequentando as aulas por um motivo qualquer têm duas opções: ou ele vai reprovar o primeiro semestre por conta das faltas, ou ele pode ingressar a partir do segundo semestre, que é a melhor opção”.

Em nota, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação declarou que o prazo para os estudantes contratarem os financiamentos vai ser prorrogado. O Ministério da Educação não se manifestou sobre a situação de alunos que estão perdendo aulas.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Após falha no sistema do Fies, MEC prorroga prazo de inscrições até sexta Diversos estudantes relataram problemas para finalizar o processo de matrícula nas últimas semanas

O Ministério da Educação (MEC) prorrogou até sexta-feira, 5, o prazo para que estudantes selecionados no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) concluam sua inscrição. A pasta reconheceu falhas no sistema que geraram diversas reclamações nos últimos dias pela impossibilidade de finalizar os processos de matrícula.

“Diante das dificuldades verificadas, o MEC esclarece que não haverá prejuízo ao estudante para a contratação do Fies. O prazo para validação da inscrição pela instituição de ensino foi ampliado para o dia 5 de abril”, comunicou o ministério em nota.

Diversos estudantes relataram problemas no momento de fechar contratos do Fies com a Caixa Econômica Federal, quando funcionários do banco não conseguiam localizar dados do cadastro para finalizar o processo.

A lista de candidatos aprovados no Fies no primeiro semestre de 2019 foi divulgada em 25 de fevereiro. O edital previa que os estudantes completassem a inscrição entre os dias 26 de fevereiro a 7 de março. No entanto, quando os estudantes chegaram à fase de fechar o contrato do Fies com a Caixa Econômica Federal, eles foram informados que faltam informações no cadastro para finalizar o processo.

Os resultados do Fies foram divulgados no dia 25 de fevereiro. Ao todo, são ofertadas 100 mil vagas na modalidade juro zero e 450 mil na modalidade P-Fies. As duas

modalidades têm apenas uma chamada. Consultas podem ser realizadas no site oficial.

Leia, na íntegra, a nota do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) sobre as falhas no sistema do Fies:

“Foi identificado um problema sistêmico que tem impedido a troca de informações com o agente financeiro em relação aos candidatos pré-selecionados do Fies referente a este primeiro semestre de 2019. Nesse contexto, de acordo com o Edital SESU/MEC nº 1, de 2.1.2019, item 6.2 das disposições finais, os estudantes não serão prejudicados em relação ao prazo para contratação do financiamento tendo em vista que haverá prorrogação e, assim, poderão contratar normalmente o financiamento estudantil, desde que atendidos os demais requisitos para concessão do financiamento, nos termos da Portaria MEC nº 209, de 2018, e dos normativos vigentes da modalidade Fies. Veja abaixo trecho de edital que aponta essa possibilidade:

6.2. Exclusivamente para a modalidade Fies, em caso de erros ou da existência de óbices operacionais por parte da IES, da CPSA, do agente financeiro ou dos gestores do Fies, que resultem na perda de prazo para validação da inscrição e contratação do financiamento pelo CANDIDATO pré-selecionado, a SESU/MEC ou o agente operador do Fies, a depender do momento em que o erro ou óbice operacional for identificado, poderão, até o dia 30 de junho de 2019, adotar as providências necessárias à prorrogação dos respectivos prazos, nos termos do art. 107 da Portaria MEC nº 209, de 2018, após o recebimento e avaliação das justificativas apresentadas pela parte interessada e, se for o caso, autorização da SESu/MEC sobre a existência de vagas.”

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Em meio à crise, olavistas do MEC vão viajar para Paris

Agenda oficial prevê compromissos na OCDE e visita à Casa França-Brasil; disputas internas continuam

BRASÍLIA - Em um momento de austeridade nos gastos e de crise no Ministério da Educação, três assessores da pasta ligados ao escritor Olavo de Carvalho vão viajar para Paris, com passagens e diárias pagas pelos cofres públicos. Entre os dias 6 e 14, participarão de eventos que a equipe da pasta classifica como "assuntos laterais" da área do ensino.

Pela agenda oficial, os assessores participam apenas de encontros com integrantes da Delegação do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), da sessão da Education Policy Committee (EDPC) e da visita à Casa França-Brasil. Integram a comitiva Bruna Luiza Becker, assessora especial do MEC, Mariana Nascimento Santos, chefe interina da Assessoria Internacional da pasta, e Murilo Rezende Ferreira, assessor do gabinete do ministro Vélez Rodríguez.

O Estado procurou o MEC para saber a razão da viagem e os custos. Até as 19h40 não havia obtido resposta. Todos os integrantes do grupo fazem parte da equipe de "olavistas", seguidores do escritor Olavo de Carvalho, que na gestão de Jair Bolsonaro passaram a trabalhar no ministério. O grupo é apontado como um dos pivôs da crise que se instalou em fevereiro, quando o ministro Ricardo Vélez Rodríguez enviou uma carta às escolas, sugerindo que crianças fossem gravadas cantando o Hino Nacional.

Em uma tentativa de permanecer no cargo, Vélez assinou mais de 15 exonerações. Teve

dificuldades, no entanto, para preencher as vagas, o que acabou agravando a crise e aumentando a paralisia dos programas. Somente na sexta, por exemplo, o posto de secretário executivo foi preenchido. Depois de 15 dias vago, passou a ser ocupado pelo tenente brigadeiro Ricardo Machado Vieira. Ele tem como missão "esfriar" o clima e tentar reduzir a exposição do governo. A previsão é de que, em um segundo momento, seja oficializada a saída de Vélez do cargo - dada como certa por integrantes do Planalto.

Nome

A expectativa é de que a definição sobre o novo nome para ocupar a pasta ocorra logo depois do retorno de Bolsonaro da atual série de viagens. Ele já criticou publicamente o ministro da Educação. A demora para a reestruturação é atribuída à dificuldade para encontrar um sucessor. Bolsonaro estaria em busca de um nome que agradasse à bancada evangélica. Um dos cotados é o senador Izalci Lucas (PSDB-DF). Ele teria perdido pontos, no entanto, quando, em uma conversa com um emissário, teria exigido mais recursos e autonomia para indicar toda a equipe. Vendo que seu prestígio havia caído, o senador semana passada passou várias horas no Planalto, conversando com militares, que também disputam poder no MEC. Izalci teria admitido uma composição, abrindo novamente espaço para negociação.

Ao Estado, o senador afirmou que estaria disposto a ingressar no MEC. Mas negou que, nas longas audiências no Planalto, o assunto fosse esse.

topo 

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Se quiser mesmo censurar Enem, governo terá que garantir que exame ocorra

A gráfica que imprime o Enem, desde 2009, anunciou falência. Isso já seria um problema desgraçadamente grande se o Ministério da Educação fosse gerido por uma equipe racional. Mas, transformado na Casa da Mãe Joana, com pessoas que não ficam no cargo o suficiente para esquentar a cadeira, sem planejamento, comando ou autocrítica e tendo sido loteado para pupilos de um polemista narcisista de extrema direita, o MEC terá que suar a camisa para resolver o problema a tempo.

Vale lembrar que, para Jair Bolsonaro, o maior problema da prova do Enem eram questões com o que ele chama de "ideologia de gênero". Em novembro do ano passado, indignado com uma das perguntas do exame que tratava de dialetos de minorias, prometeu que iria vistoriá-las antes para retirar conteúdo. Em suma, censura. "Podem ter certeza e ficar tranquilos. Não vai ter questão desta forma ano que vem, porque nós vamos tomar conhecimento da prova antes. Não vai ter isso daí." No dia 20 de março, o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) nomeou uma comissão para fazer a triagem ideológica das questões do Enem 2019.

A notícia encontra um MEC perdido nas mãos do ministro Ricardo Vélez Rodríguez, que deveria ter sido substituído, há tempos, devido ao seu desconhecimento de gestão educacional, política pública e realidade. Mas, como todos sabemos que o problema da Educação no Brasil é a doutrinação comunista-gayzista-globalista-político-partidária-anti-família, coisa que vem sendo combatida ferozmente pelos tuítes do presidente e do ministro, não há com o que se preocupar.

Ao invés de indicar alguém à altura do desafio de formar cidadãos e profissionais, Bolsonaro atendeu a pressões de grupos fundamentalistas e descartou profissionais

qualificados por questões religiosas. Queria alguém que pudesse levar às escolas sua cruzada em nome da tradição, da família e da propriedade. Que entendesse, segundo ele, que o país é "conservador".

Uma inversão inconsequente de prioridades. Apesar do Brasil contar com uma formação precária dos docentes e com alunos que saem do Ensino Médio analfabetos funcionais; assistir ao roubo, à ausência e à baixa qualidade da merenda escolar; pagar baixos salários aos professores e não fornecer estrutura suficiente em todas as escolas – metade não tem esgoto; manter um teto orçamentário, aprovado no governo passado, que restringe novos investimentos em uma área que ainda está distante de um mínimo aceitável, o enfoque, até agora, é na mamadeira de piroca, em gravar crianças cantando hino nacional e na necessidade de recolher cartilhas que ensinam jovens a cuidar da saúde do próprio corpo, pois, horror dos horrores, têm ilustrações de pipius e xaninhas.

Uma lição que o presidente ainda não aprendeu é que governar o Brasil não é dirigir um conversível esportivo, em um dia ensolarado, por uma estrada vazia e reta, sem buracos, nem obstáculos, com o canto de pássaros, um tanque cheio e o aplauso dos pedestres. É um rali, em um lamaçal, em fúria de tempestade, com árvores e pedras caindo a todo o instante, sob o risco de derrapar para um desfiladeiro, em um Fiat 147 lotado e cheio com goteiras, com mosquitos por todos os lados, ouvindo vaias da torcida e o tanque eternamente na reserva. O Brasil precisa de um ministério que seja capaz de conduzir a Educação sob qualquer circunstância e não largá-la no meio do caminho para caçar fantasmas e combater moinhos de vento.

Esperemos, para o bem dos jovens que se preparam para o Enem a fim de pleitear vagas em universidades públicas, que o governo seja tão competente em solucionar problemas de gestão quanto é em criar estruturas para censurar.

ARAGUAÍNA NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Vacina contra a febre amarela pode evitar infecção pelo zika, aponta estudo. O zika também está associado ao aparecimento da síndrome de Guillain-Barré em adultos

O anúncio de que testes em camundongos mostraram que a vacina da febre amarela pode ser eficaz no combate ao vírus zika, que provoca microcefalia em recém-nascidos e distúrbios neurológicos em adultos, teve ampla repercussão nos meios de comunicação esta semana. O trabalho foi realizado por um grupo de cientistas de instituições de pesquisa fluminenses e a notícia, divulgada pela primeira vez no site do jornal O Globo, na segunda-feira, dia 25 de março, em reportagem assinada por Ana Lúcia Azevedo, ganhou destaque nos principais meios de comunicação do País em poucas horas. O estudo, conduzido por um grupo de 16 pesquisadores ligados à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), mostrou que, em testes conduzidos em laboratório, a vacina leva o organismo a eliminar os sintomas neurológicos e a reduzir a quantidade de vírus zika no cérebro dos animais. A pesquisa contou com o apoio da FAPERJ – a primeira agência de fomento do País a lançar, no final de 2015, edital específico para o estudo de arboviroses, que incluíam pesquisas com dengue, zika e Chikungunia.

Para o presidente da FAPERJ, Jerson Lima, pesquisador do Cenabio, professor do Instituto de Bioquímica Médica da UFRJ e um dos coordenadores do estudo ao lado de Andrea Cheble Oliveira, André Gomes e Herbert Guedes, o anúncio aponta para o acerto na política de fomento à pesquisa fluminense. “Fomos a primeira fundação de

amparo à pesquisa dos estados a lançar edital específico para o combate às arboviroses, logo após a epidemia de zika, que fez disparar o número de casos de microcefalia”, lembrou. Criado pela fundação diante da situação emergencial causada pela epidemia da zika, o edital recebeu R\$ 12 milhões, que permitiu a criação de seis redes de pesquisa, reunindo 325 pesquisadores de diferentes instituições de ensino e pesquisa sediadas em território fluminense. Desde então, o estado do Rio, sozinho, responde por cerca de 35% dos artigos científicos sobre a doença no Brasil. Participaram da pesquisa, pela UFRJ, o Instituto de Bioquímica Médica, a Faculdade de Farmácia, o Instituto de Microbiologia e o Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho, além do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Biologia Estrutural e Bioimagem.

O artigo que relata a descoberta dos pesquisadores foi disponibilizado na forma de “pré-print”, o que permite o acesso antecipado e irrestrito a seu conteúdo, antes de sua publicação em periódico científico. “Com essa decisão de disponibilizar o artigo em ‘pré-print’, nossa intenção é contribuir para acelerar as pesquisas sobre o tema. Se outros chegarem antes de nós a resultados que possam ajudar a erradicar uma doença, ficaremos contentes. É assim que a ciência deve avançar”, defendeu o presidente da FAPERJ. O uso do “pré-print” por cientistas, embora não seja algo novo, vem ganhando força nos últimos anos em diversos países. A divulgação de artigos científicos nesses repositórios de acesso aberto permite disseminar os resultados de pesquisas mais rapidamente e evitar as exigências burocráticas dos conglomerados de mídia, que também avançaram sobre as publicações científicas tradicionais, anteriormente controladas por sociedades acadêmicas.

O artigo, na forma de pré-print, pode ser acessado neste link:
<https://www.biorxiv.org/content/10.1101/587444v1>

Pesquisa foi realizada ao longo de dois anos

Fonte de preocupação de autoridades da área de saúde em um grande número de países, desde a epidemia de zika em 2015 que grupos de pesquisadores brasileiros, em diversos estados do País, estão na corrida por uma vacina. Ao chegar ao Brasil, o zika chamou pouca atenção até ficar comprovado que mães que haviam contraído a doença davam luz a bebês com microcefalia e malformações neurológicas. O zika também está associado ao aparecimento da síndrome de Guillain-Barré em adultos.

A zika e a febre amarela são causadas por vírus da família dos Flavivírus. Como as estruturas biológicas dos vírus são semelhantes, os pesquisadores já suspeitavam que poderia haver uma reação cruzada da vacina para febre amarela, ou seja, que os efeitos da vacina pudessem ser observados também contra o vírus da zika. Foram realizados testes com dois grupos de camundongos, em que ambos receberam injeções intracerebrais do vírus zika. Aqueles que haviam recebido a vacina da febre amarela apresentaram baixa concentração do vírus, sem sinal da doença. No outro grupo, os camundongos apresentaram sintomas evidentes da doença e alta mortalidade. Foram dois anos de testes.

O fato de que a região mais atingida pela zika, o Nordeste do País, era a que tinha a menor cobertura vacinal contra a febre amarela, reforçou a hipótese levantada pelo grupo, como assinala André Gomes, um dos coordenadores da pesquisa: “Uma observação interessante é que após o surto de febre amarela, quando a vacina passou a ser mais amplamente distribuída, o número de casos de zika caiu bastante. Hoje, se

olhamos os mapas de cobertura da vacinação contra febre amarela e comparamos com os mapas que mostram a distribuição dos casos de zika e de microcefalia, parece haver uma alta relação entre o baixo número dos casos de zika, e, principalmente, dos casos graves, como a microcefalia, com regiões com recomendação da vacina. Em algumas regiões com alto número de casos de microcefalia, a cobertura de vacinação fica abaixo dos 5%. Era uma forte sugestão para a nossa hipótese, mas essa correlação precisa ser confirmada por estudos epidemiológicos”, diz o pesquisador e assessor da presidência da FAPERJ.

Além do apoio da FAPERJ, a pesquisa contou igualmente com apoio do Ministério da Saúde, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e da Financiadora de Inovação e Pesquisa (Finep). (FAPERJ)

topo ↕

DIÁRIO DO PODER - NOTÍCIAS

Vacina contra a febre amarela pode evitar infecção pelo zika, aponta estudo O zika também está associado ao aparecimento da síndrome de Guillain-Barré em adultos

O anúncio de que testes em camundongos mostraram que a vacina da febre amarela pode ser eficaz no combate ao vírus zika, que provoca microcefalia em recém-nascidos e distúrbios neurológicos em adultos, teve ampla repercussão nos meios de comunicação esta semana. O trabalho foi realizado por um grupo de cientistas de instituições de pesquisa fluminenses e a notícia, divulgada pela primeira vez no site do jornal O Globo, na segunda-feira, dia 25 de março, em reportagem assinada por Ana Lúcia Azevedo, ganhou destaque nos principais meios de comunicação do País em poucas horas. O estudo, conduzido por um grupo de 16 pesquisadores ligados à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), mostrou que, em testes conduzidos em laboratório, a vacina leva o organismo a eliminar os sintomas neurológicos e a reduzir a quantidade de vírus zika no cérebro dos animais. A pesquisa contou com o apoio da FAPERJ – a primeira agência de fomento do País a lançar, no final de 2015, edital específico para o estudo de arboviroses, que incluíam pesquisas com dengue, zika e Chikungunia.

Para o presidente da FAPERJ, Jerson Lima, pesquisador do Cenabio, professor do Instituto de Bioquímica Médica da UFRJ e um dos coordenadores do estudo ao lado de Andrea Cheble Oliveira, André Gomes e Herbert Guedes, o anúncio aponta para o acerto na política de fomento à pesquisa fluminense. “Fomos a primeira fundação de amparo à pesquisa dos estados a lançar edital específico para o combate às arboviroses, logo após a epidemia de zika, que fez disparar o número de casos de microcefalia”, lembrou. Criado pela fundação diante da situação emergencial causada pela epidemia da zika, o edital recebeu R\$ 12 milhões, que permitiu a criação de seis redes de pesquisa, reunindo 325 pesquisadores de diferentes instituições de ensino e pesquisa sediadas em território fluminense. Desde então, o estado do Rio, sozinho, responde por cerca de 35% dos artigos científicos sobre a doença no Brasil. Participaram da pesquisa, pela UFRJ, o Instituto de Bioquímica Médica, a Faculdade de Farmácia, o Instituto de Microbiologia e o Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho, além do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Biologia Estrutural e Bioimagem.

O artigo que relata a descoberta dos pesquisadores foi disponibilizado na forma de “pré-print”, o que permite o acesso antecipado e irrestrito a seu conteúdo, antes de sua publicação em periódico científico. “Com essa decisão de disponibilizar o artigo em ‘pré-print’, nossa intenção é contribuir para acelerar as pesquisas sobre o tema. Se

outros chegarem antes de nós a resultados que possam ajudar a erradicar uma doença, ficaremos contentes. É assim que a ciência deve avançar”, defendeu o presidente da FAPERJ. O uso do “pré-print” por cientistas, embora não seja algo novo, vem ganhando força nos últimos anos em diversos países. A divulgação de artigos científicos nesses repositórios de acesso aberto permite disseminar os resultados de pesquisas mais rapidamente e evitar as exigências burocráticas dos conglomerados de mídia, que também avançaram sobre as publicações científicas tradicionais, anteriormente controladas por sociedades acadêmicas.

O artigo, na forma de pré-print, pode ser acessado neste link:
<https://www.biorxiv.org/content/10.1101/587444v1>

Pesquisa foi realizada ao longo de dois anos

Fonte de preocupação de autoridades da área de saúde em um grande número de países, desde a epidemia de zika em 2015 que grupos de pesquisadores brasileiros, em diversos estados do País, estão na corrida por uma vacina. Ao chegar ao Brasil, o zika chamou pouca atenção até ficar comprovado que mães que haviam contraído a doença davam luz a bebês com microcefalia e malformações neurológicas. O zika também está associado ao aparecimento da síndrome de Guillain-Barré em adultos.

A zika e a febre amarela são causadas por vírus da família dos Flavivírus. Como as estruturas biológicas dos vírus são semelhantes, os pesquisadores já suspeitavam que poderia haver uma reação cruzada da vacina para febre amarela, ou seja, que os efeitos da vacina pudessem ser observados também contra o vírus da zika. Foram realizados testes com dois grupos de camundongos, em que ambos receberam injeções intracerebrais do vírus zika. Aqueles que haviam recebido a vacina da febre amarela apresentaram baixa concentração do vírus, sem sinal da doença. No outro grupo, os camundongos apresentaram sintomas evidentes da doença e alta mortalidade. Foram dois anos de testes.

O fato de que a região mais atingida pela zika, o Nordeste do País, era a que tinha a menor cobertura vacinal contra a febre amarela, reforçou a hipótese levantada pelo grupo, como assinala André Gomes, um dos coordenadores da pesquisa: “Uma observação interessante é que após o surto de febre amarela, quando a vacina passou a ser mais amplamente distribuída, o número de casos de zika caiu bastante. Hoje, se olharmos os mapas de cobertura da vacinação contra febre amarela e comparamos com os mapas que mostram a distribuição dos casos de zika e de microcefalia, parece haver uma alta relação entre o baixo número dos casos de zika, e, principalmente, dos casos graves, como a microcefalia, com regiões com recomendação da vacina. Em algumas regiões com alto número de casos de microcefalia, a cobertura de vacinação fica abaixo dos 5%. Era uma forte sugestão para a nossa hipótese, mas essa correlação precisa ser confirmada por estudos epidemiológicos”, diz o pesquisador e assessor da presidência da FAPERJ.

Além do apoio da FAPERJ, a pesquisa contou igualmente com apoio do Ministério da Saúde, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e da Financiadora de Inovação e Pesquisa (Finep). (FAPERJ)

topo ↕

DOURADOS AGORA - TEMPO REAL

Modelo de redistribuição de bolsas da pós-graduação é discutido

O processo de distribuição de bolsas de pós-graduação sofreu algumas distorções ao longo dos anos e ganhará novos moldes nos próximos meses.

Representantes da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível**

Superior (Capes), fundação vinculada ao MEC, e do Fórum Nacional de Pró-reitores de Pesquisa e Pós-graduação (Foprop) se reuniram, na segunda-feira, 25, para traçar as diretrizes que nortearão a concessão de bolsas de estudo no país.

Zena Martins, diretora de Programas e Bolsas no País (DPB), afirma que o trabalho será um aperfeiçoamento de um modelo de redistribuição de bolsas apresentado em 2018.

"Não será um novo modelo. Esse modelo, criado em parceria entre a **Capes** e o Foprop, foi testado e percebeu-se a necessidade de alguns ajustes.

Agora estamos tentando fazer o refinamento dele", destaca a diretora da **Capes**.

Segundo Zena, o processo, agora, será mais alinhado ao resultado das avaliações periódicas realizadas pela fundação.

"A premissa básica é considerar a distribuição de bolsas com base no processo de avaliação coordenado pela **Capes**", explica.

Zena ressalta que diversos fatores serão analisados para equilibrar a distribuição. "A expectativa é que, ainda no primeiro semestre de 2019, consigamos um modelo que de fato atenda ao sistema como um todo. Vamos levar em consideração que não se pode tratar todos os diferentes como sendo iguais.

Além da regionalidade e das notas de cada programa de pós-graduação, estão sendo observadas também as áreas de conhecimento em que estão inseridos os programas."

Na avaliação de Márcio de Castro, presidente do Foprop, a reunião foi produtiva. "Já tivemos a sinalização de vários parâmetros que precisam ser ajustados, há um entendimento conjunto da necessidade desse aperfeiçoamento e essa primeira reunião é um passo importante, quando já fixamos algumas variáveis a serem otimizadas", ressaltou.

Representantes da **Capes** e do Foprop terão agora um calendário de reuniões para definir um novo modelo de distribuição de bolsas da pós-graduação no País, que será aplicado a partir de 2020.

[topo](#)

JACOBINA 24 HORAS - TEMPO REAL

Faculdade Ages está entre as melhores faculdades de Direito da Bahia

A Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (Faculdade AGES) aparece na sétima colocação entre as 36 melhores faculdades de Direito da Bahia, segundo o Ranking Universitário da Folha (RUF).

O RUF é considerado um dos mais importantes mecanismos de avaliação das universidades brasileiras por considerar vários fatores para o ranqueamento.

Trata-se de uma avaliação feita anualmente pelo jornal Folha de São Paulo desde 2012, e que se divide em duas partes: o ranking das universidades e o ranking dos cursos.

Para o ranking das universidades, são analisados os dados gerais das 196 instituições consideradas como tal no Brasil. Já o ranking de cursos é feito para os 40 cursos de graduação com maior procura no país, entre os quais se encontra a graduação em direito. Nessa lista entram universidades, centros universitários e faculdades.

O RUF analisa dados obtidos através do ENADE, do Censo da Educação superior do MEC, as publicações em bases de publicações acadêmicas, dados do **Capes** e CNPq, além de duas pesquisas próprias que são realizadas durante o ano. Dessa forma, o ranking universitário da Folha considera a real qualidade apresentada pelos cursos, não somente as notas médias do Exame Nacional do Desempenho de Estudantes.

Os baianos têm excelentes opções quando falamos em curso de direito! Atualmente, são 1.406 opções de cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC), 53 deles localizados na Bahia. Com informações do Portal Lagarto Notícias.

topo ↕

JORNAL DA USP - SP - GERAL

Diversidade em Ciência trata da Lei 10.639 e da educação étnico-racial no Brasil E para tanto convida a professora e educadora Maria Lúcia da Silva, que faz reflexões importantes sobre o tema

No Diversidade em Ciência, Ricardo Alexino Ferreira entrevista a professora, doutora em Educação, Maria Lúcia da Silva, do Programa Observatório da Educação da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** e também coordenadora do Núcleo de Estudos Étnico-Raciais do conjunto de faculdades FMU/FIAM/FAAM. Durante a entrevista, Maria Lúcia faz reflexões sobre a Lei 10.639, que determina o ensino da história e culturas africanas e afro-brasileiras nos currículos escolares, e demonstra preocupação com o conservadorismo político do atual governo em relação à educação. “Com o retrocesso político, a Lei 10.639 corre riscos e por isso precisamos ficar vigilantes para que os direitos adquiridos e as questões étnico-raciais não sejam destruídas”, afirma.

Ela também fala sobre sua pesquisa de doutorado, Memória dos Professores Negros e Negras da Unilab: tecendo saberes e práxis antirracista”, sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), instituição pública criada em 2011 e considerada um projeto pioneiro, que integra e forma estudantes dos países africanos de língua portuguesa e sua interseção com o Brasil.

O Diversidade em Ciência é um programa de divulgação científica voltado para as ciências da diversidade e os direitos humanos e vai ao ar toda segunda-feira, às 13 horas, sendo reapresentado às terças-feiras, às duas horas da manhã e aos sábados, às 14 horas, com direção e apresentação do jornalista, professor da USP e membro da Comissão de Direitos Humanos da Reitoria da USP, Ricardo Alexino Ferreira, com operação de áudio de João Carlos Megale.

O Diversidade em Ciência é gravado nos estúdios do Departamento de Comunicações e Artes/Educomunicação, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP).

topo ↕

MS NOTÍCIAS - NOTÍCIAS

Modelo de redistribuição de bolsas da pós-graduação é discutido

O processo de distribuição de bolsas de pós-graduação sofreu algumas distorções ao longo dos anos e ganhará novos moldes nos próximos meses.

Representantes da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, fundação vinculada ao MEC, e do Fórum Nacional de Pró-reitores de Pesquisa e Pós-graduação (Foprop) se reuniram, na segunda-feira, 25, para traçar as diretrizes que nortearão a concessão de bolsas de estudo no país.

Zena Martins, diretora de Programas e Bolsas no País (DPB), afirma que o trabalho será um aperfeiçoamento de um modelo de redistribuição de bolsas apresentado em 2018.

"Não será um novo modelo. Esse modelo, criado em parceria entre a **Capes** e o Foprop, foi testado e percebeu-se a necessidade de alguns ajustes.

Agora estamos tentando fazer o refinamento dele", destaca a diretora da **Capes**.

Segundo Zena, o processo, agora, será mais alinhado ao resultado das avaliações periódicas realizadas pela fundação.

"A premissa básica é considerar a distribuição de bolsas com base no processo de avaliação coordenado pela **Capes**", explica.

Zena ressalta que diversos fatores serão analisados para equilibrar a distribuição. "A expectativa é que, ainda no primeiro semestre de 2019, consigamos um modelo que de fato atenda ao sistema como um todo. Vamos levar em consideração que não se pode tratar todos os diferentes como sendo iguais.

Além da regionalidade e das notas de cada programa de pós-graduação, estão sendo observadas também as áreas de conhecimento em que estão inseridos os programas."

Na avaliação de Márcio de Castro, presidente do Foprop, a reunião foi produtiva. "Já tivemos a sinalização de vários parâmetros que precisam ser ajustados, há um entendimento conjunto da necessidade desse aperfeiçoamento e essa primeira reunião é um passo importante, quando já fixamos algumas variáveis a serem otimizadas", ressaltou.

Representantes da **Capes** e do Foprop terão agora um calendário de reuniões para definir um novo modelo de distribuição de bolsas da pós-graduação no País, que será aplicado a partir de 2020.

topo ↕

REGIÃO EM DESTAQUE - TEMPO REAL

Pós-graduação em Enfermagem da UFSCar seleciona bolsista de pós-doutorado

Estão abertas as inscrições no processo seletivo de bolsista de pós-doutorado para o Programa de Pós-Graduação em Enfermagem (PPGEnf) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Há uma vaga para bolsa oferecida pelo Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. Interessados devem se inscrever até o dia 30 de abril.

Os candidatos devem ter doutorado em cursos avaliados pela **Capes** e reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC). Entre as atribuições do bolsista selecionado estão a presença frequente no Departamento de Enfermagem (DEnf) da UFSCar, a submissão de artigos em coautoria com o docente supervisor ou com outros professores do PPGEnf e a participação em atividades adicionais descritas no edital. A bolsa tem valor de R\$ 4,1 mil mensais com duração de 12 meses, podendo ser renovada.

A seleção é composta pela análise do currículo Lattes, do projeto de pesquisa e plano de trabalho. A inscrição deve ser feita a partir do link disponível neste site www.ppgenf.ufscar.br/pt-br/processo-seletivo/pnpd. É preciso reunir toda a documentação exigida no edital e organizá-la conforme as instruções descritas. A divulgação do resultado final será no dia 4 de junho.

As informações completas estão no edital, disponível no site www.ppgenf.ufscar.br, na aba “Processo Seletivo”. Outras informações podem ser solicitadas pelo e-mail ppgenf@ufscar.br ou pelo telefone (16) 3351-8338.

topo ↕

SEGS - PORTAL NACIONAL - TEMPO REAL

O que é um mestrado profissional?

Apesar da realidade brasileira mostrar que a maior parte dos mestres e doutores estão localizados nas universidades, os profissionais das empresas que não pretendem seguir uma carreira acadêmica, no curto prazo, têm encontrado no mestrado profissional uma excelente oportunidade para o desenvolvimento de suas competências e evolução de suas carreiras.

O mestrado profissional se mostra como um elo entre universidade e empresa, diminuindo as divergências entre as duas partes, também pela sua própria característica de conciliar dois pensamentos: o acadêmico e o empresarial.

Por meio da portaria 389/2017, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)** estabeleceu os objetivos de um curso de mestrado profissional, os quais vale destacar os dois últimos: III) promover a articulação integrada da formação profissional com entidades demandantes de naturezas diversas, visando melhorar a eficácia e a eficiência das organizações públicas e privadas por meio da solução de problemas e geração e aplicação de processos de inovação aprimorados; e IV) contribuir para agregar competitividade e aumentar a produtividade em empresas, organizações públicas e privadas.

Infelizmente, de maneira geral, ainda são poucos os gestores das empresas que conhecem esses objetivos. Essa modalidade de pós-graduação, em pleno crescimento no Brasil, apresenta o mesmo rigor metodológico e preocupação com a qualidade no aspecto científico dos trabalhos que o mestrado acadêmico.

Além do rigor metodológico e científico, há a preocupação para que as soluções desenvolvidas nos trabalhos dos alunos sejam de fato aplicadas na realidade das empresas

No mestrado acadêmico, o mestrando é exposto à literatura científica, tendo como objetivo a obtenção de maior autonomia e ampliação de suas competências, a fim de

expandi-las como pesquisadores em seus futuros cursos de doutorado. O mestrado profissional mira a formação de profissionais capacitados para outras funções - que não a pesquisa acadêmica em si.

Todavia, um mestrado profissional não é como um curso de MBA ou um curso de especialização. Esses funcionam como atualização profissional e ensinam técnicas padronizadas para serem replicadas

O mestrado profissional contribui para que o aluno desenvolva comportamentos proativos em busca de oportunidades e soluções para problemas, de maneira estruturada e compartilhada. Ao longo do curso, os alunos percebem a necessidade de entender que os problemas podem ser convertidos em oportunidades e, assim, estarem abertos a insights que despontem além de suas próprias experiências.

O ambiente em que é desenvolvido o mestrado profissional é propício para o desenvolvimento de comportamentos que contribuem com o processo de inovação, mais especificamente com relação ao modelo da inovação aberta

Quando se fala em inovação aberta, a possibilidade de errar ou ser criticado pelos outros, ao apresentar ideias, não impede que essas pessoas as divulguem e compartilhem com os demais. O compartilhamento aparece como importante elemento na interação com outras pessoas para que ocorra a absorção de novos conhecimentos.

Não se tem como expectativa encontrar soluções prontas para os problemas enfrentados pelas organizações ou ainda um serviço de consultoria prestado pelos docentes. Em vez disso, no mestrado profissional ocorrem discussões livres, que possibilitam o surgimento de insights que são levados para situações específicas com o objetivo de serem aplicados no desenvolvimento de soluções para os desafios particulares das organizações.

A proatividade é observada na busca e identificação de problemas, assim como no aproveitamento de oportunidades. Adicionalmente, esse comportamento inclui a busca por base teórica que sirva de apoio para encontrar soluções que não estarão ancoradas apenas no exercício da tentativa e erro.

Conceitos teóricos que são trabalhados ao longo do curso tornam-se base de conhecimento para os trabalhos aplicados que geram resultados práticos para as empresas.

Por fim, o ambiente propício às discussões que é encontrado no mestrado profissional influencia as pessoas a serem mais questionadoras da realidade que vivem. É uma característica do mestrado profissional o desenvolvimento de lideranças em inovação, que passa por atitudes proativas e ações conjuntas em trabalhos colaborativos que os alunos executam ao longo do curso.

*Mauricio Benedetti é especialista Gestão da Tecnologia e Inovação e professor na pós-graduação da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Sobre o Mackenzie

A Universidade Presbiteriana Mackenzie está entre as 100 melhores instituições de

ensino da América Latina, segunda a pesquisa QS Quacquarelli Symonds University Rankings, uma organização internacional de pesquisa educacional, que avalia o desempenho de instituições de ensino médio, superior e pós-graduação.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Gráfica responsável por imprimir as provas do Enem decreta falência RR Donnelley cuidava da impressão do exame desde 2009, depois que ele foi roubado; fim das atividades da empresa gera receio de atraso no cronograma do maior vestibular do país

RIO - A gráfica responsável por imprimir as provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) decretou falência nesta segunda-feira, dia 1º. Os funcionários RR Donnelley foram informados, por meio de uma carta distribuída pela empresa, de que todas as operações no Brasil estão encerradas. A organização alega que isso se deve às condições atuais do mercado editorial e que já não tinha em caixa o dinheiro necessário para cumprir a folha de pagamento do próximo mês.

A notícia da falência gera temor de que o cronograma do Enem 2019 atrase. Em geral, as provas são enviadas para impressão vários meses antes da aplicação do exame, que este ano está marcada para 3 e 10 de novembro.

O GLOBO entrou em contato com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) — autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC) que cuida do exame —, mas ainda não obteve resposta sobre quando deverá ser feita uma licitação para escolher uma nova gráfica.

As inscrições para o maior vestibular do país estão previstas já para o mês que vem; e começou nesta segunda-feira, 1º de abril, o período para solicitar isenção da taxa de inscrição, que custa R\$ 85.

Empresa contratada desde 2009

Multinacional com sede nos Estados Unidos, a RR Donnelley se tornou a gráfica onde o Enem é impresso desde a edição de 2009, quando o exame foi roubado.

O roubo aconteceu dentro da gráfica Plural, que havia sido contratada para imprimir as provas por uma empresa vencedora da licitação para aplicar o Enem. Desde então, para evitar que situações assim ocorram novamente, o Inep decidiu que a contratação da gráfica passaria a ser de responsabilidade do próprio Inep, e não mais da empresa que aplica o Enem.

Segundo informações oficiais divulgadas pelo MEC em setembro do ano passado, foram impressos para o Enem 2018 cerca de 11 milhões de cadernos de questões para aplicação do exame a 5,5 milhões de inscritos. O ministério também informou que, na mesma gráfica, eram impressos mais de 50 itens de material administrativo necessários para a aplicação do Enem, que vão desde folhas de coleta de biometria até etiquetas de identificação dos malotes.

As provas do Enem são impressas durante dois meses, demandando um volume de 50 toneladas de papel por dia. Ao todo, são consumidas cerca de duas mil toneladas de papel.

Série de impasses no ministério

A falência da RR Donnelley é mais um capítulo da série de complicações para o próximo Enem, que está no centro da crise do MEC na gestão do novo ministro, Ricardo Vélez Rodríguez.

Há uma semana, o presidente do Inep, Marcus Vinicius Rodrigues, foi demitido após desentendimentos com Vélez, a quem chamou de "incompetente" depois da exoneração.

Marcus Vinicius Rodrigues foi quem assinou a portaria que adiava para 2021 a avaliação da alfabetização das crianças — medida criada no governo Temer. Essa portaria foi, no dia seguinte, anulada por Vélez, que disse não ter sido informado previamente pelo então chefe do Inep.

Ainda não foi nomeado um substituto para o cargo. Esse "troca-troca" de cargos tem sido uma constante no Ministério da Educação: em apenas três meses da nova gestão, ao menos 14 pessoas so alto escalão da pasta já foram demitidas.

É função do presidente do Inep dar o aval para que se inicie o trabalho da comissão criada pelo MEC para analisar o banco de questões do Enem e excluir aquelas consideradas inadequadas por terem "fundo ideológico". Só depois de finalizado esse trabalho é que o exame com 180 questões será montado.

Nota da gráfica na íntegra

Leia abaixo a íntegra da nota enviada ao GLOBO pela gráfica que decretou falência nesta segunda-feira. A empresa menciona que "perdeu um de seus principais clientes" recentemente, mas não especifica de qual cliente se trata. A reportagem questionou se a empresa se refere ao Enem, mas ainda não obteve resposta.

"A RR Donnelley Editora e Gráfica Ltda decidiu, após considerar todas as opções, encerrar sua operação no Brasil. Entre os fatores que levaram o grupo a tomar esta medida estão as atuais condições de mercado na indústria gráfica e editorial tradicional, que estão difíceis em toda parte, mas especialmente no Brasil. Recentemente, a RR Donnelley perdeu um de seus principais clientes e registrou uma drástica redução no volume de trabalho contratado.

O grupo operou no Brasil por mais de 25 anos. Mas, uma análise metódica das finanças da empresa motivou nossa decisão. O requerimento de autofalência da RRD será processado e decidido pelo foro da comarca de Osasco/SP.

Para minimizar o impacto da falência, a empresa entrará em contato com o sindicato e avaliará a possibilidade de rescindir todos os contratos de trabalho já nos próximos dias. Isso permitirá o pronto levantamento dos valores depositados nas contas vinculadas do FGTS e habilitará os funcionários a solicitarem o seguro-desemprego, na forma da lei."

DIÁRIO CATARINENSE - SC - BRASIL

Coleta do censo escolar começa no mês de maio

A coleta das informações do Censo Escolar 2019 começarão a ser feitas no dia 29 de maio, de acordo com o cronograma publicado na última sexta-feira (22) no Diário Oficial da União, em portaria do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A partir desse dia, os diretores e responsáveis pelas escolas de todo o país devem acessar o Educacenso, na internet, e preencher os

dados referentes às matrículas feitas este ano. O prazo para entrega de informações vai até 31 de julho. As informações são da Agência Brasil.

Após essa etapa, no dia 30 de agosto, o Ministério da Educação irá divulgar os relatórios preliminares, por escola, para a conferência pelos gestores municipais e estaduais. Eles terão 30 dias para a conferência e retificação de eventuais erros.

Os resultados finais e os microdados públicos serão divulgados pelo Inep no dia 31 de janeiro de 2020. Serão divulgadas também as sinopses estatísticas da educação básica, etapa que vai desde a educação infantil ao ensino médio. A sinopse traz detalhadas e acessíveis ao público os dados coletados junto às escolas.

O cronograma do Censo Escolar 2019 segue em 2020, quando ocorre a segunda etapa da coleta. As escolas devem, então, informar os dados do rendimento dos estudantes e as movimentações daqueles que foram matriculados em 2019, se foram aprovados, reprovados ou se deixaram a escola. Essa coleta será feita no período de 3 de fevereiro a 20 de março do ano que vem.

O Censo Escolar é o principal instrumento de informações da educação básica e o mais importante levantamento estatístico educacional brasileiro na área.

topo ↕

METRO-DF - BRASIL

Clima instável no MEC pode prejudicar alcance de metas

Desajuste. Com mais de 10 demissões e falta de planos bem traçados, a pasta põe em risco a continuidade de várias ações educacionais

Março não foi um mês gentil com o MEC (Ministério da Educação), que colecionou semanas marcadas por recuos, desencontros e um clima bélico entre seus funcionários - culminando na demissão de 11 pessoas do alto escalão. Desses cargos, cinco ainda estão vagos.

As ausências no quadro de pessoal já paralisaram o funcionamento interno do MEC. Suas raízes podem atingir, também, pontos cruciais para a educação básica no país.

Segundo o professor da UnB (Universidade de Brasília) Cleyton Hércules Gontijo, a instabilidade da pasta pode respingar, por exemplo, no alcance de metas estabelecidas para o PNE (Plano Nacional de Educação) até 2024. "Já caminhamos a metade do tempo da vigência e muitas ações estão paradas. À medida que o MEC não consegue se organizar, corremos o risco de não ver nenhuma delas serem concretizadas", alerta.

O Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), de acordo com Gontijo, é outro programa que corre o risco de ver seu calendário atrasar. "Isso pode gerar incertezas na população quanto à lisura do processo e o cumprimento do cronograma", explica.

Falta consenso

Há dentro da pasta uma briga interna entre militares, seguidores do escritor de direita Olavo de Carvalho e ex-alunos do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, sobre qual projeto de governo deve ser implementado.

Nesse processo de desajuste político, Vélez perdeu credibilidade e foi proibido pela

Casa Civil de anunciar novos nomes para compor a estrutura do MEC. Ventilou-se até a possibilidade da queda do ministro fato que o presidente Jair Bolsonaro negou na última quinta-feira.

Para Gontijo, contudo, mais preocupante que as seguidas demissões dentro da pasta é a falta de clareza na linha de atuação do MEC e a escassez de propostas bem traçadas.

topo ↕

DIÁRIO DIGITAL - TEMPO REAL

Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil

Elas são também maioria entre bolsistas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

O Brasil é o país ibero-americano com a maior porcentagem de artigos científicos assinados por mulheres seja como autora principal ou como co-autora, de acordo com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). Entre 2014 e 2017, o Brasil publicou cerca de 53,3 mil artigos, dos quais 72% são assinados por pesquisadoras mulheres.

Atrás do Brasil, aparecem a Argentina, Guatemala e Portugal com participação de mulheres em 67%, 66% e 64% dos artigos publicados, respectivamente. No extremo oposto estão El Salvador, Nicarágua e Chile, com mulheres participando em menos de 48% dos artigos publicados por cada país.

Além desses países, a OEI analisou a produção científica da Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, Espanha, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Os dados fazem parte do estudo As desigualdades de gênero na produção científica ibero-americana, do Observatório Ibero-americano de Ciência, Tecnologia e Sociedade (OCTS), instituição da OEI.

A pesquisa analisou os artigos publicados na chamada Web of Science, em português, web da ciência, que é um banco de dados que reúne mais de 20 mil periódicos internacionais.

“O Brasil está melhor do que o restante dos países. Acho que é algo que não podemos nos dar por satisfeitos porque temos desafios, mas indica que o Brasil caminha na direção positiva de mais oportunidades, de igualdade de gênero entre homens e mulheres”, diz o diretor da OEI no Brasil, Raphael Callou.

Menos pesquisadoras publicam

Apesar de assinar a maior parte dos artigos, quando levado em conta o número de mulheres pesquisadoras que publicaram no período analisado, ele é menor que o dos homens. No Brasil, elas representam 49% dos autores, de acordo com os dados de 2017. A porcentagem se manteve praticamente constante em relação a 2014, quando elas eram 50%.

Com base nos números de 2017, o Paraguai ocupa o topo do ranking, com 60% das autoras mulheres. Na outra ponta, está o Chile, com 37%.

As diferenças aparecem também entre áreas de pesquisa. No Brasil, entre as áreas analisadas, medicina é a que conta com a maior parte das autoras mulheres, elas são 56% entre aqueles que publicaram entre 2014 e 2017. As engenheiras estão na base,

com a menor representatividade, 32%.

Essa realidade faz parte do cotidiano da professora da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Maria Cristina Tavares. “Nas salas de aula, as meninas são cerca de 5% dos estudantes. No departamento temos em torno de 90 professores e somos cinco professoras”, diz. “Quando você vai a congressos, são pouquíssimas engenheiras. Você vê só ternos. Se você tem 100 trabalhos sendo expostos, tem geralmente três ou quatro pesquisadoras”, acrescenta.

Maria Cristina comemora a posição de destaque das mulheres no número de assinaturas de publicações: “Publicações hoje em dia são tudo no mundo acadêmico. As próprias universidades prezam por expor o resultado das pesquisas. Para eu conseguir mais bolsas para os meus estudantes, preciso estar com um bom nível de publicação e não é número pelo número, é número que significa que meu trabalho está sendo bom”, diz.

A professora faz, no entanto, uma ressalva sobre a baixa presença de pesquisadoras na área que atua: “O país perde quando não trabalha essa diversidade e todos esses olhares”.

Maioria entre estudantes, minoria entre professores

“Publicar sempre foi difícil, sempre é um processo. Há casos clássicos, bem icônicos de como esse estereótipo de gênero está arraigado. Quando se lê um artigo de autor chinês, polonês ucraniano, que tem um nome diferente, dificilmente vem imagem de que seja uma mulher, porque na nossa cabeça, a gente entende que esse lugares difíceis são ocupados por homens”, diz a bióloga da Universidade de Brasília (UnB) Bárbara Paes.

Apaixonada por ciência, a pesquisadora integra a equipe do Dragões de Garagem, criado para divulgar, de forma simples e atrativa, descobertas científicas e questionamentos sobre o fazer ciência no país. “Existe uma resistência da própria academia de reconhecer que existe um problema”, diz.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2016, última edição do levantamento, as mulheres representam 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação.

Elas são também maioria entre bolsistas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), representam 60% do total de beneficiários na pós-graduação e nos programas de formação de professores.

Entre os professores contratados, no entanto, o cenário muda, os homens são maioria. Dos 384.094 docentes da educação superior em exercício, 45,5% são mulheres.

topo ↕

FOLHA MAX - NOTÍCIAS

UFMT sedia Fórum de Reitores da Região Norte

Da Redação

A Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) sedia, entre terça (02) e quarta-feira (03), o Fórum de Reitores das Instituições Federais de Ensino Superior da Região Norte

da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). O evento será realizado na Sala de Reunião dos Conselhos Superiores.

Durante os dois dias, os representantes das IFEs discutirão, dentre outros temas, as estratégias para o desenvolvimento das Universidades da Região Norte; redes de cooperação internacional; e planejamento das ações de pesquisa e pós-graduação para a região.

Além disso, serão tratadas a participação dos reitores no Encontro Nacional dos Dirigentes de Pessoal e Recursos Humanos das IFEs e relato do representante do Fórum no Conselho Superior da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

Presidido pelo reitor da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), professor Marcel do Nascimento Botelho, o Fórum contará com a participação da reitora da UFMT, professora Myrian Serra, e representantes das Universidade Federal do Acre (UFAC), professora Margarida de Aquino Cunha; da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), professor Sylvio Mario Puga Ferreira; da Universidade Federal do Pará (UFPA), professor Emmanuel Zagury Tourinho; da Universidade Federal de Tocantins (UFT), professor Luis Eduardo Bovolato; da Universidade do Estado do Pará, professor Renato Pereira, Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação; do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ana Luisa Kerti Mangabeira Albernaz; da Universidade Federal do Amapá (Unifap), professor Julio Cesar Sá de Oliveira; e do Instituto Evandro Chagas (IEC), Joana D'Arc Pereira Mascarenhas, coordenadora do Núcleo de Ensino e Pós-Graduação.

topo ↕

JORNAL DE PIRACICABA - TEMPO REAL

ESALQ CHEGA A 10 MIL TÍTULOS OUTORGADOS NA PÓS-GRADUAÇÃO

A engenheira agrônoma Renata Aparecida dos Santos Brito entra para a história da Pós-graduação da Esalq (Escola Superior de Agricultura 'Luiz de Queiroz') como a autora do título 10.000 defendida na instituição. Somadas dissertações de mestrado e teses de doutorado, a Esalq atingiu a marca histórica qual a defesa da tese da Renata, realizada em 22 de março.

“Atingir 10 mil títulos é um número muito expressivo, certamente estamos entre as pioneiras a atingir tamanho número de profissionais formados na pós-graduação, considerando, claro, a pós-graduação strictu sensu, comenta o professor Luis Fernando Cònsoli, presidente da Comissão de Pós-graduação da Escola.

Cònsoli lembrou que a relevância dessa marca mostra que a Esalq tem um papel importante na formação de pós-graduandos para a nucleação de novos centros de pesquisa. “A pós-graduação da Esalq é disseminadora de profissionais de gabarito, extremamente bem qualificados para o mercado, seja junto às universidades e institutos de pesquisa, que absorvem esses profissionais. Alguns dos nossos programas apresentam índices acima de 90% de colocação no mercado de trabalho e esses profissionais continuam a desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão qualificada na área”.

Pioneira nessa modalidade de ensino na USP (Universidade de São Paulo), a Esalq inaugurou os primeiros programas de pós-graduação em 1964 e, desde então, oferta

programas de excelência reconhecidos pela **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, órgão regulador que faz a avaliação dos programas no País.

10.000

O registro do décimo milésimo título defendido na Esalq foi realizado na reunião de março da Congregação, ocorrida nesta semana, quando Renata, autora da pesquisa, e seu orientador receberam um diploma de mérito. Nelson Sidnei Massola Junior, professor orientador da pesquisa, conta que o estudo aborda a antracnose, uma doença emergente em soja.

Representando uma qualificada legião de egressos pós-graduandos, Renata espera poder corresponder a essa marca. “É uma honra ser a tese 10 mil, foi uma surpresa enorme, pois fiz minha graduação na Esalq e eu sei como foi difícil toda essa caminhada, declarou.

Da Redação

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Gráfica que imprime o Enem decreta falência

A gráfica que iria imprimir o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) decretou falência hoje e paralisação de todos os trabalhos. A RR Donnelley, multinacional responsável pelo exame desde 2009, informou hoje que “precisou encerrar suas operações no Brasil” por causa das “atuais condições de mercado”.

O ideal é que a prova fosse para a gráfica ainda este mês ou, no máximo, em maio, para que o cronograma do maior vestibular do País não atrase. A prova será em novembro e hoje começaram as inscrições para quem quer pedir a isenção da taxa.

A falência complica mais a situação do Enem, que está sendo afetado pela crise atual no Ministério da Educação (MEC). Na semana passada, o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Marcus Vinicius Rodrigues, foi demitido ao se desentender com o ministro Ricardo Vélez Rodríguez. Ele foi o responsável pela decisão de deixar de avaliar a alfabetização no País, revelada pelo Estado e depois revogada por Vélez.

O presidente no Inep daria o aval para o trabalho da comissão criada para analisar questões consideradas inadequadas. Ainda não foi nomeado um substituto.

Só depois de finalizado esse trabalho é que a prova com 180 questões será montada, um trabalho demorado.

A RR Donnelley assumiu a impressão do Enem quando a prova foi roubada e cancelada em 2009, na gestão de Fernando Haddad no MEC. O episódio foi revelado pelo Estado na época.

Ficou provado que o roubo se deu dentro da gráfica Plural, que havia sido contratada por uma empresa (que ganhou licitação para aplicar a prova) para imprimir o Enem. Desde então, o Inep instaurou diversos processos de logística e segurança para fazer a

avaliação. A contratação da gráfica passou a ser de responsabilidade do Inep e não mais da empresa que aplica o Enem.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Mais de 65 mil diplomas são cancelados pelo MEC em acusação de fraude que envolve Universidade Iguazu

Instituição com sede na Baixada Fluminense chancelou certificados de conclusão de curso de faculdades de todo o país

SÃO PAULO — Depois de mais um ano de espera, o professor Fabrício César Heleno Santos foi chamado para assumir a vaga conquistada num concurso público para diretor de uma escola no Guarujá, no litoral de São Paulo. Sua posse aconteceria no começo de janeiro, mas ele foi impedido de tomá-la. Isso porque o registro de seu diploma em Pedagogia, pré-requisito para exercer a função, estava cancelado. O diploma de Santos foi um dos 65.173 documentos cancelados por uma portaria do Ministério da Educação (MEC) do fim do ano passado. Todos os diplomas haviam sido chancelados pela Universidade Iguazu (Unig), com sede em Nova Iguaçu, no estado do Rio de Janeiro, investigada por participar de um esquema de fraude na educação com alcance nacional.

- Ser diretor era um sonho, fiz um planejamento de vida, estudei pro concurso, fiz cursos preparatórios. Quando acho que vou relaxar, me estoura uma bomba dessa. Não tive férias, não tive Natal nem final de ano. Vou fazer 42 anos e, pela primeira vez na minha vida, tomei calmante - disse Santos.

Assim como os donos dos mais de 65 mil diplomas cancelados, Santos foi pego de surpresa. Soube por amigos, via WhatsApp, que diplomas com a chancela da Unig estavam numa espécie de “lista suja” do MEC e não tinham mais validade. Embora o registro de seu diploma fosse da Unig, Santos nunca cursou essa universidade. Em 2013, quando ingressou na segunda licenciatura, em Pedagogia, fazia aulas num instituto de ensino em Santos, parceiro da Faculdade da Aldeia de Carapicuíba (Falc), que obtinha os registros da Unig. Até então, pelas regras do MEC, diplomas expedidos por faculdades tinham de ser registrados por universidades - abrindo brecha para possíveis fraudes.

Santos diz ter se assegurado de que a situação da Falc estava regular no site do MEC. Contou ter frequentado aulas presenciais, feito provas e Trabalho de Conclusão de Curso. Pelo curso todo, pagou 18 parcelas de R\$ 350. Um ano e nove meses depois, já tinha o diploma. O GLOBO ouviu outros cinco professores em situação semelhante. Alguns também prejudicados em concursos públicos. Para o advogado Rafael Leoni, que defende alguns deles, a medida fere os direitos do consumidor.

- Eles cursavam uma faculdade com boa avaliação no MEC, nome no mercado e que estampava legalidade. Faziam tudo como manda o figurino - disse Leoni.

A fraude da qual Santos foi vítima se tornou conhecida das autoridades por uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa no Estado de Pernambuco. Em 2016, o relatório final da CPI concluiu que o esquema, em geral, envolve três entidades associadas: uma instituição de ensino que oferta cursos livres como se fossem de graduação e pós-graduação; uma faculdade reconhecida pelo MEC, mas sem permissão para terceirizar estes cursos ; e, por fim, uma universidade, que garante os registros dos diplomas. Na maior parte dos casos, os cursos oferecidos eram

mais baratos que a média no mercado e menos exigentes em carga horária e avaliações.

Segundo a CPI, essas instituições iludiam alunos a partir da venda de cursos irregulares ao terceirizar o serviço de educação. A Unig teve papel chave na fraude por conferir “o aspecto formal de legalidade ao esquema de diplomação irregular em todo território nacional”. Depoimentos na CPI mostraram que a Unig levava de um a dois meses para cancelar os diplomas. Em outras universidades, o processo levava mais de um ano. As investigações apontaram crimes como propaganda enganosa, sonegação fiscal, falsidade ideológica, estelionato e associação criminosa.

A Unig era uma das dezenas de instituições envolvidas na fraude, segundo a CPI. Na ocasião, o MEC instaurou um processo administrativo. Afastou o corpo diretivo da Unig (reitor, vice, entre outros), suspendeu sua autonomia universitária, o que a impediu de registrar novos diplomas, nomeou um interventor e determinou uma auditoria interna. Depois de cumprir um protocolo de compromisso com o MEC, com a interveniência do Ministério Público Federal (MPF) de Pernambuco, a Unig cancelou os mais de 65 mil diplomas registrados para terceiros. Em troca, limpou sua barra com o MEC. De acordo com a portaria recente, retomou a permissão para emitir diplomas e tem até autonomia para abrir cursos.

Professores que buscavam uma segunda licenciatura em Pedagogia para melhorar salários nas redes municipal e estadual de ensino, ou ainda para prestar concursos, foram prejudicados. O Centro do Professorado Paulista, que representa os profissionais do magistério, solicitou ao secretário de Educação de São Paulo que “assegure a utilização dos referidos diplomas para todos os fins”. Como não obteve retorno, entrará com um mandado de segurança coletivo. Não é possível estimar quantos professores deixaram de tomar posse por terem seus diplomas cancelados. A Secretaria de Educação de São Paulo se limitou a afirmar que aguarda a tramitação do processo administrativo instaurado pelo MEC, além de apreciação da Procuradoria-Geral de Estado, e que “todas as medidas administrativas serão adotadas”.

Assustados com o cancelamento dos diplomas, os professores se organizaram no WhatsApp. Há pelo menos três grupos em São Paulo, com mais de 700 pessoas. Com medo da exposição, firmaram uma espécie de pacto de silêncio. Muitos deles não quiseram conceder entrevista. Temem ser acusados de contratar um curso fácil. As vítimas da Unig reconhecem que alguns dos cursos com diplomas cancelados eram irregulares, mas não todos.

O professor Everton Lara Seixas, de 38 anos, cursou Pedagogia na sede da Falc, em Carapicuíba. O curso durou três anos. No ano passado, ele foi convidado por uma escola de Diadema para assumir a vice-direção, cargo que exige o diploma, mas não concurso. Ao apresentar a documentação, foi surpreendido pela recusa da Secretaria de Educação. Teve de voltar à escola de origem.

- Precisei convencer a diretora a me aceitar de volta. Foi transtorno grande. Noites de insônia, preocupação... Em vez de rever caso a caso, a Unig cancelou esse monte de diplomas. Não separou o joio do trigo - afirmou.

Tanto Santos quanto Seixas entraram na Justiça. Ambos obtiveram uma liminar para assumirem seus postos. Santos tomou posse há alguns dias. Seixas conseguiu a vice-

diretoria da escola de origem. Depois do caso Unig, as regras para emissão e registro de diplomas para graduação foram alteradas pelo MEC no ano passado, a fim de evitar fraudes.

Em nota, a Unig disse que os cancelamentos ocorreram “em decorrência do processo de supervisão instaurado pelo MEC que visava apurar os registros realizados em diplomas emitidos por faculdades sem autonomia para registro do próprio diploma, em desacordo com seus atos autorizativos”. A defesa da Falc afirmou que entrou na Justiça para tentar “reverter a decisão e revalidar os diplomas, a fim de não prejudicar os alunos, que não tem culpa”. Segundo o MEC, no processo de apuração de irregularidades ficou constatado que, no período de 2011 a 2016, a Unig teria realizado 94.781 registros de diplomas de cursos superiores de outras instituições. Depois de firmar o protocolo de compromissos, “a Unig adotou, efetivamente, providências para normatizar e sistematizar seus procedimentos de registro de diplomas de modo a conferir a idoneidade da documentação apresentada pela instituição emitente do diploma”. Do total de diplomas registrados, regularizou parte deles e cancelou 65.173 dos registros irregulares (67,45%). O MEC afirmou ainda que Faculdade da Aldeia de Carapicuíba (FALC) foi uma das 25 instituições de ensino superior “descredenciadas por este Ministério com comprovada atuação irregular de emissão de diplomas e certificados irregulares pela CPI da Alepe”.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Mulheres, pardos e maiores de 25 anos: pesquisa traça perfil de acadêmicos da graduação a distância no AM

Pesquisa foi realizada pelo Quero Bolsa com base em dados do Inep.

Um estudo realizado pela equipe de Inteligência Educacional do Quero Bolsa, principal plataforma digital para inclusão de estudantes no ensino superior do País, apontou que a maioria dos estudantes do Amazonas que compõe o grupo de adeptos ao ensino a distância (EAD), são mulheres, de etnia parda e maiores de 25 anos. Os dados foram coletados pelo Quero Bolsa, com base em dados do Inep.

O time de inteligência comparou a distribuição por faixa etária dos ingressantes em cursos EaD com os alunos novos em cursos presenciais. Com os resultados, o estudo apontou que sete em cada dez pessoas que ingressaram em cursos de graduação a distância no Amazonas têm a partir de 25 anos de idade, ou seja, iniciaram a faculdade tardiamente.

O levantamento exclusivo do grupo responsável feito para o G1 com os dados do Amazonas apontou que em relação à distribuição por gênero, a parcela de estudantes do sexo feminino no EaD é de 53,59% sendo proporcional ao presencial 53,80%. Entre os homens, 46,41% matricularam-se no EaD, enquanto 46,20% estudam na modalidade presencial.

Por gênero

Não é de hoje que as mulheres são maioria nas salas de aula das faculdades do País. De acordo com o último Censo, elas são quase 54% do total de alunos no ensino presencial contra 58% no EaD.

Ingressantes por cor e raça

De acordo com o estudo, no Amazonas os pardos são maioria no EaD, com 51,89%

alunos matriculados - e 45,03% na modalidade presencial. Isso representa diferença também na média nacional, onde alunos brancos não são maioria em salas de aula, nem dos cursos presenciais, nem entre os matriculados em graduações EaD.

Assim como a média nacional, o EaD também não significa a inclusão da população negra no ensino superior. No Amazonas, eles representam 2,59% das matrículas em EaD e 4,43% no presencial. O ingresso de indígenas no ensino superior no Amazonas tem taxa de 1,98% na modalidade presencial e 1,70% no EaD.

Ingressantes por faixa etária

Ao realizar uma comparação na distribuição por faixa etária dos ingressantes em cursos EaD com os alunos novos em cursos presenciais e constatou que a proporção é oposta. Ou seja, enquanto 71,85% dos alunos EaD ingressam mais tarde na graduação, 62,85% dos alunos ingressantes em cursos presenciais começaram a estudar na faixa etária adequada (até os 24 anos).

O dado demonstra que a tecnologia tem o poder de incluir a parcela da população que, por diversas razões, perdeu a chance de cursar uma faculdade com a idade esperada para o curso. Isso ocorre por conta de dois fatores preponderantes: a mensalidade mais barata e a conveniência da facilidade de adequar a carga horária e os estudos à rotina de trabalho.

Ao avaliar a distribuição dos alunos ingressantes por faixas etárias, nota-se a grande concentração de novos alunos entre 17 e 24 anos em cursos presenciais, e uma distribuição mais homogênea dos 17 aos 40 anos nos cursos a distância. A partir daí os ingressos sofrem uma queda constante, mas o EaD inclui, proporcionalmente, três vezes mais estudantes do que os cursos presenciais nas demais faixas etárias analisadas.

Ensino Público

Em ambas as modalidades de ensino, os alunos egressos de escolas públicas são maioria, mas, no ensino a distância (EaD), aqueles representam 89,39% do total, enquanto os que estudaram na rede privada correspondem a 10,61%. O dado reforça o fato de que a renda média das famílias dos alunos que escolhem estudar a distância é inferior à daqueles que ingressam em cursos presenciais.

Perfil do aluno

O especialista do Quero Bolsa chama atenção para um aspecto importantíssimo na escolha pela modalidade de ensino que o aluno vai seguir.

“O ensino a distância exige do aluno um comprometimento ainda maior com o curso, mais disciplina no cumprimento das tarefas e nas horas dedicadas ao estudo e às aulas. Se ele não tiver perfil para isso, o risco de abandono do curso é alto”, afirma Balerine.

Para ajudar o estudante a fazer uma autoavaliação e descobrir se tem o perfil ideal para fazer uma faculdade à distância, o Quero Bolsa desenvolveu o teste de perfil EaD. Trata-se de uma ferramenta on-line gratuita baseada no estudo realizado pelo psicólogo norte-americano William Moulton Marston. Nele é possível identificar quatro elementos no perfil do candidato e, a partir deles, mapear as características comportamentais, ligando-as ao perfil exigido para o curso a distância.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Governo de SP cria curso no contraturno das escolas públicas

A conexão de alunos do ensino médio com o ambiente da universidade também é uma meta do governo do Estado de São Paulo, que lançou, em fevereiro, o programa Educa SP. A proposta é que estudantes tenham acesso a atividades complementares em instituições de ensino superior públicas ou privadas. Segundo o governador João Doria (PSDB), deverão ser oferecidos cursos com duração de 6 a 7 meses no contraturno.

O desempenho de estudantes do ensino médio na rede estadual de São Paulo está longe da meta para a etapa. Estudo divulgado pela Secretaria de Estado da Educação, com base em dados do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar (Saresp), indica que quase metade dos jovens que estão concluindo o ensino médio em São Paulo tem desempenho abaixo do básico em Matemática.

A etapa é considerada a mais crítica da educação básica em todo o Brasil. "Estamos longe das metas programadas e temos um abandono de jovens, que não terminam o ensino médio. E entre os que vão para o ensino superior muitos não sabem como escolher seu projeto de vida", disse o secretário da Educação, Rossieli Soares, no lançamento do programa. "A universidade vai se aproximar mais dos futuros alunos e ocupar os espaços ociosos."

Na segunda quinzena deste mês, serão assinados os contratos entre as escolas de ensino superior e a pasta. Já o período de inscrição dos alunos ocorrerá no mês de maio. A meta para este ano, segundo Rossieli, é alcançar 30 mil alunos. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Governo de SP cria curso no contraturno das escolas públicas

Proposta é que estudantes tenham acesso a atividades complementares em instituições de ensino superior públicas ou privadas

A conexão de alunos do ensino médio com o ambiente da universidade também é uma meta do governo do Estado de São Paulo que lançou, em fevereiro, o programa Educa SP. A proposta é que estudantes tenham acesso a atividades complementares em instituições de ensino superior públicas ou privadas. Segundo o governador João Doria (PSDB), deverão ser oferecidos cursos com duração de 6 a 7 meses no contraturno.

O desempenho de estudantes do ensino médio na rede estadual de São Paulo está longe da meta para a etapa. Estudo divulgado pela Secretaria de Estado da Educação, com base em dados do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar (Saresp), indica que quase metade dos jovens que estão concluindo o ensino médio em São Paulo tem desempenho abaixo do básico em Matemática.

A etapa é considerada a mais crítica da educação básica em todo o Brasil. "Estamos longe das metas programadas e temos um abandono de jovens, que não terminam o ensino médio. E entre os que vão para o ensino superior muitos não sabem como escolher seu projeto de vida", disse o secretário da Educação, Rossieli Soares, no lançamento do programa. "A universidade vai se aproximar mais dos futuros alunos e ocupar os espaços ociosos."

Na segunda quinzena deste mês, serão assinados os contratos entre as escolas de ensino

superior e a pasta. Já o período de inscrição dos alunos ocorrerá no mês de maio. A meta para este ano, segundo Rossieli, é alcançar 30 mil alunos. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Comissão do Fundeb na Câmara depende de Maia para ser instalada Fundo é um das principais fontes e financiamento dos municípios e estados do país e é preciso que Congresso aprove a PEC para a manutenção

A comissão especial do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) na Câmara dos Deputados tem número suficiente de deputados para ser instalada. O início dos trabalhos depende agora de decisão do presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Pela legislação vigente, o Fundeb, uma das principais fontes de financiamento dos municípios e estados do país, continua existindo até o final de 2020. Para evitar que estados e municípios fiquem sem a garantia de recursos, é preciso que o Congresso Nacional aprove uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) mantendo o fundo.

Propostas com conteúdos semelhantes tramitam tanto no Senado Federal, PEC 33/2019 quanto na Câmara dos Deputados, PEC 15/2015.

Na Câmara, a discussão está mais avançada. Em 27 de fevereiro, Maia criou a comissão especial para continuar a discussão da proposta. Na mesma data, foi enviado um ofício aos líderes dos partidos, para que indicassem nomes para compor a comissão, que pode ter até 35 membros.

De acordo com a Secretaria-Geral da Mesa da Câmara, foram indicados 23 membros, quantidade suficiente para que a comissão seja instalada – o mínimo são 18 parlamentares. Não há prazo regimental para que o presidente da Câmara instale a comissão especial do Fundeb.

Reserva

O Fundeb é uma espécie de reserva de recursos financeiros para a educação. Ele é composto por parte do que arrecadam estados e municípios. A União complementa o bolo, com 10% do total do Fundeb a cada ano.

A maior parte desses recursos (no mínimo 60%) deve ser usada na remuneração dos professores, diretores e demais profissionais do magistério das escolas públicas. O restante, em outras despesas de manutenção e desenvolvimento da educação, ou seja, em reformas, aquisição e manutenção de equipamentos e aquisição de materiais didáticos.

“O Fundeb é vinculação. Caso se desvincule, vão ter gestores que dão importância e vão investir em educação, mas vai ter quem não dê tanta importância e que vai investir menos. Não haverá equidade para todos os estudantes do Brasil. O Fundeb proporcionou isso”, disse a presidente do Conselho Estadual de Secretários de Educação (Consed), Cecília da Motta, que é secretária de Educação de Mato Grosso do Sul.

Estudo técnico da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara mostra, em valores de 2015, que o menor valor gasto por aluno por ano poderia chegar a

R\$ 415 sem o Fundeb. Com o fundo, o mínimo gasto era R\$ 2,9 mil por estudante.

Municípios

De acordo com estudo do movimento Todos pela Educação, citado na justificativa da proposta que tramita no Senado Federal, em pelo menos 4.810 municípios brasileiros, o Fundeb corresponde a 50% de tudo o que se gasta por aluno a cada ano. Em 1.102 desses municípios, a participação do Fundeb no total de gastos chega a 80%.

“Somos totalmente dependentes dos recursos do Fundeb. Se dissessem que acabou o Fundeb, nossa educação iria entrar em colapso financeiro. Todo o recurso que entra no Fundeb não dá para pagar a folha de pagamento. Vai tudo para pagar os professores e ainda falta”, diz a secretária de Educação de Limoeiro do Norte (CE), Maria de Fátima Holanda.

O município tem cerca de 56,3 mil habitantes e está localizado a 200 quilômetros (km) de Fortaleza. Segundo a secretária, o município cumpre o piso nacional dos professores, que é R\$ 2.557,74, mas não sobra dinheiro para investir na escola: “Se tivesse recursos, eu investiria em bibliotecas, em laboratórios, em atividades no contraturno para os estudantes”.

O mesmo ocorre em Groaíras (CE), município com 11 mil habitantes, localizado a 253 km da capital. “É bastante apertado, 95,1% vai para a folha de pagamento e apenas 4,9% para demais despesas. Não consigo manter uma boa infraestrutura nas escolas, não consigo adequar as escolas para tempo integral. Preciso ainda ampliar box, banheiro, cantina”, diz a secretária de Educação do município, Francisca Hianice Vasconcelos.

Fundo permanente

Tanto a proposta que tramita na Câmara dos Deputados quanto a proposta do Senado Federal tornam permanente o Fundeb. As propostas também ampliam a complementação da União dos atuais 10% para 30%. A PEC 24/2017, que até o ano passado tramitava no Senado, aguarda desarquivamento. A proposta amplia a complementação da União para 50%, em seis anos.

O presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Alessio Costa Lima, disse que a União é o ente federado que mais arrecada, mas que tem menor participação na manutenção do ensino.

“De fato quem mantém a educação básica pública do nosso país são municípios e estados. Nesse sentido, ao sinalizar que a União deve entrar com maior participação, acredito que haja maior descentralização de recursos. Seria garantir que estados e municípios, que executam políticas educacionais, de fato tivessem acesso aos recursos disponíveis”, argumentou.

Audiência

O Fundeb foi um dos temas tratados na audiência pública com o ministro da Educação, Ricardo Vélez, na última quarta-feira (27), na Câmara. Segundo a deputada Professora Dorinha (DEM-TO), que foi relatora da PEC do Fundeb na comissão especial até o ano passado, a proposta “está praticamente pronta para ser votada”.

A deputada defendeu uma maior participação da União: “Compreendo o momento de

crise, mas estamos querendo uma outra lógica de financiamento. Partimos da premissa que a União precisa colocar mais recursos, mas também [queremos] redesenhar o formato de distribuição dos recursos, corrigindo distorções e desigualdades para garantir que municípios e estados que mais precisam de ajuda possam recebê-la”.

Na audiência pública, Vélez disse que a pasta está comprometida com a continuidade do Fundeb. “Esse é o nosso compromisso explícito, de mantermos o Fundeb. Estamos vendo qual a melhor forma. A minha proposta é acompanhar de perto o evoluir dessa proposta no Congresso e, se for necessário que a União aumente a sua participação, estudaremos a melhor forma de fazê-lo”, afirmou.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Governo de SP cria curso no contraturno das escolas públicas

A conexão de alunos do ensino médio com o ambiente da universidade também é uma meta do governo do Estado de São Paulo, que lançou, em fevereiro, o programa Educa SP. A proposta é que estudantes tenham acesso a atividades complementares em instituições de ensino superior públicas ou privadas. Segundo o governador João Doria (PSDB), deverão ser oferecidos cursos com duração de 6 a 7 meses no contraturno.

O desempenho de estudantes do ensino médio na rede estadual de São Paulo está longe da meta para a etapa. Estudo divulgado pela Secretaria de Estado da Educação, com base em dados do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar (Saresp), indica que quase metade dos jovens que estão concluindo o ensino médio em São Paulo tem desempenho abaixo do básico em Matemática.

A etapa é considerada a mais crítica da educação básica em todo o Brasil. "Estamos longe das metas programadas e temos um abandono de jovens, que não terminam o ensino médio. E entre os que vão para o ensino superior muitos não sabem como escolher seu projeto de vida", disse o secretário da Educação, Rossieli Soares, no lançamento do programa. "A universidade vai se aproximar mais dos futuros alunos e ocupar os espaços ociosos."

Na segunda quinzena deste mês, serão assinados os contratos entre as escolas de ensino superior e a pasta. Já o período de inscrição dos alunos ocorrerá no mês de maio. A meta para este ano, segundo Rossieli, é alcançar 30 mil alunos. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Enem 2019: Estudantes já podem pedir isenção

Participantes conferem caderno de questões no dia das provas de exatas do Enem 2018 Imagem: Luis Fortes/MEC

Começa nesta segunda-feira (1º) o prazo para pedir isenção da taxa de inscrição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Os estudantes que atendem aos critérios podem solicitar o não pagamento na Página do Participante, na internet, até o dia 10 de abril. A taxa do exame este ano é R\$ 85.

Os estudantes isentos no ano passado que faltaram ao exame devem, no mesmo período, apresentar justificativa da ausência e solicitar novamente a isenção, caso desejem fazer as provas este ano.

Podem solicitar a isenção da taxa os estudantes que estão cursando a última série do ensino médio em 2019, em escola da rede pública; aqueles que cursaram todo o ensino médio em escola da rede pública ou como bolsista integral na rede privada, com renda, por pessoa, igual ou menor que um salário mínimo e meio, que em valores de 2019 equivale a R\$ 1.497.

São também isentos os participantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, ou seja, membros de família de baixa renda com Número de Identificação Social (NIS), único e válido, renda familiar por pessoa de até meio salário mínimo, ou R\$ R\$ 499, ou renda familiar mensal de até três salários mínimos, ou R\$ 2.994.

Prazos

O pedido de isenção e a apresentação de justificativas poderão ser feitos, conforme o edital do exame, a partir das 10h, no horário de Brasília, de hoje até as 23h59 do dia 10 de abril.

No dia 17 de abril, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) vai divulgar a lista, também no portal do Enem, daqueles cujo pedido foi aprovado.

Os participantes que forem reprovados poderão entrar com recurso, no período de 22 a 26 de abril, na Página do Participante. O resultado do recurso será divulgado, no mesmo endereço, a partir do dia 2 de maio.

Enem 2019

As inscrições para o Enem deverão ser feitas no período de 6 a 17 de maio. Os participantes que tiveram ou não a isenção aprovada também devem fazer a inscrição para participar do exame.

O Enem será aplicado nos dias 3 e 10 de novembro. No primeiro dia de prova, os participantes responderão a questões de linguagens e ciências humanas e farão a prova de redação. Para isso, terão 5 horas e 30 minutos.

No segundo dia, os estudantes terão 5 horas para resolver as provas de ciências da natureza e matemática.

Os gabaritos das provas objetivas serão divulgados no Portal do Inep e no aplicativo oficial do Enem até o dia 13 de novembro. O resultado será divulgado, conforme o edital, em data a ser divulgada posteriormente.

As notas do Enem podem ser usadas para ingressar em instituição pública pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu), para obter bolsas de estudo em instituições particulares de ensino superior pelo Programa Universidade para Todos (ProUni) e para obter financiamento pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).